

NOVAS IDEIAS PARA UM NOVO TOCANTINS



GOVERNADOR

Márlon Reis

Vice Zé Geraldo

PLANO DE GOVERNO

2019 | 2022

ÍNDICE

Preparar o Tocantins para o novo tempo	2
Os 3 eixos e a sua articulação: o motor do desenvolvimento da Sociedade	7
Diretrizes	9
Tocantinenses e nossa Terra	9
Estado articulador, transparente, justo e seguro	10
Economia	13
As 18 Ações do Programa MÁRLON REIS	16
EIXO 1 - Desenvolvimento Humano	16
EIXO 2 - Estado articulador, transparente, justo e seguro	21
EIXO 3 - Desenvolvimento Econômico	27

Preparar o Tocantins para o novo tempo

É insistir no já conhecido afirmar que o Tocantins vive um delicado momento político, econômico e social. Embora inserido em crises mais abrangentes que afetam o Brasil e mesmo o cenário internacional, esse instante é também de crescimento civilizatório, comparável a fase da adolescência. A sociedade tocantinense e brasileira, chegadas a um momento de verdade, são cobradas a encarar e resolver de forma mais abrangente e definitiva problemas estruturais que afetam seu desenvolvimento e desanimam cidadãos e cidadãs.

O Programa Márilon Reis apresentado aqui tem por missão histórica fazer renascer a esperança em um tempo tão difícil. Mas não é um programa de discursos e promessas fáceis, bajuladores do eleitor: ele o desafia enquanto agente da sociedade a compreender de maneira mais abrangente a doença civilizatória que o aflige, mas também oferecer-lhe novas visões e caminhos de solução.

À parte das ondas de conflitos políticos e mesmo pessoais que atordoam e tiram a paz do cidadão, como podemos entender os fundamentos do nosso mal-estar?

Na verdade, o Tocantins chegou a um momento em que não pode mais “empurrar com a barriga” seus problemas crônicos, são:

Fragmentação da sociedade e do seu território, refletindo-se em vergonhosas disparidades sociais e territoriais;

Fragmentação das políticas e dos planos governamentais, prejudicando a efetividade dos esforços e recursos alocados, pagos pelo contribuinte;

Fragmentação das ações público e privadas, sempre aquém das enormes potencialidades e necessidades do nosso território;

Pouca inovação na produção e nas políticas, acompanhando com décadas de atraso os avanços já disseminados no âmbito global;

Desvalorização do seu capital humano, pela precarização das ações educacionais, de serviços públicos em geral, diminuindo seu enorme potencial;

Forte dependência do Estado no financiamento e execução das demandas da sociedade, exaurindo sua capacidade de execução e trazendo riscos à moralidade pública em função da forte concentração das riquezas da sociedade em suas mãos;

Inserção passiva e tímida das economias no mercado internacional, implicando em pouca agregação de valor de seus produtos, apesar do grande peso do País na economia global.

A solução desses problemas não é imediata, mas é possível. Ela passa por estratégias e medidas que permitirão retomar o espírito de ousadia e otimismo que já tivemos no passado, com:

Projetos de dimensão adequada ao tamanho do território e de sua população;

Projetos estruturantes que produzam sinergias e eficiência sistêmica nas iniciativas dos diversos agentes públicos e privados;

Projetos que agregam valor à nossa produção, e busquem a industrialização a partir dos nossos enormes potenciais produtivos;

Projetos que insiram nossa economia de forma vantajosa em cadeias globais de valor;

Projetos que resgatam a população da pobreza e da falta de capacitação e façam aflorar mais plenamente seu potencial;

Projetos que incitem à inovação e o acompanhamento do nosso Estado e País, dos acelerados processos de transformação tecnológica e da organização produtiva; enfim, também,

Projetos que assegurem a perenidade dos generosos recursos da nossa natureza, que a falta de cuidado vem provocando a redução de sua disponibilidade e riscos decorrentes à produção.

No caso particular do nosso Estado, o Tocantins, já estamos cansados de propagar seus enormes potenciais. Todavia, esses potenciais têm impedido seu desabrochar, em função de:

- Projetos desarticulados, de efeito diminuto;
- Uma infraestrutura e uma rede urbana incompleta;
- Falta de investimento na qualificação das pessoas e na inovação;
- A economia centrada em poucos negócios e culturas e no serviço público;
- O baixo valor agregado da produção e a dificuldade de atrair volumes mais fortes de investimento;
- A permanência de bolsões de pobreza;
- A instabilidade institucional em função de escândalos de corrupção.

Tudo isso vem produzindo ano após ano uma estagnação e o desânimo na gente tocantinense.

É uma situação que tem remédio. O que precisamos e o que se espera de um debate eleitoral é que os seguintes pontos devam ser colocados em discussão:

Que futuro queremos? Qual o plano estratégico que desenvolverá, de forma coerente e sustentável, a economia e a sociedade e seu território?

Que programas de investimentos estratégicos devem ser contidos, e como eles devem integrar as ações dos diversos setores?

Como inserir nesse plano e nos investimentos as iniciativas advindas da sociedade?

Como articular entre si essas iniciativas, e elas com as iniciativas do governo?

Que política de industrialização buscar a partir dos nossos potenciais, e como integrar unidades produtivas em agrupamentos consistentes e inovadores?

Como desenvolver nossas cidades para que possam atender as demandas de seus habitantes e servir como atrativos de capital humano e intelectual, tão indispensáveis ao desenvolvimento do Estado?

Como integrar plenamente todos os estratos da nossa sociedade na economia moderna e nos processos de inovação?

Como assegurar que os recursos naturais, com especial referência aos recursos hídricos, energéticos, de solo e biodiversidade, não sejam delapidados ao ponto de se comprometer nosso futuro, o futuro da gente e de sua economia?

Como assegurar que a ação e os recursos públicos não sejam objeto de desvio, mas, sim, sejam utilizados com plena transparência e efetividade?

Nesse momento, o eleitor exige, antes de mais nada, honestidade do candidato. Também é necessário pensar em medidas que permitam a continuidade dos programas e ações básicas do Governo e que não perpetue a instabilidade política, jurídica e institucional já presente no Tocantins.

Em contrapartida, esse momento histórico e de crise abre-se como uma excelente oportunidade para refletirmos e prepararmos o Estado e nossa gente para uma nova fase, de retomada do desenvolvimento e de superação da crise.

Nesse espaço e oportunidade, muito há de se fazer e muito terá de ser efetivamente feito. Entretanto, uma nova lógica, novos paradigmas, precisam frutificar essa preparação, o advento dos novos dias.

O Programa de Governo de Márlon Reis representa a resposta do candidato aos desafios colocados com base de princípios e diretrizes coerentes com os problemas a resolver e com as soluções necessárias. Resposta essa embasada em visões inovadoras como a sociedade deve crescer, o Estado se regenerar e a economia se dinamizar.

Os 3 eixos e sua articulação: o motor do desenvolvimento da sociedade

O Programa de Governo de Márlon Reis destaca-se por uma estrita coesão interna, pela visão integradora da realidade social, que se desdobra em um conjunto articulado de diretrizes e ações. Essas ações são desenhadas para serem executáveis em um prazo de mandato suplementar: ao mesmo tempo que respeitam os limites de um mandato dessa natureza, com o orçamento já detalhadamente definido e de seu reduzido prazo, elas visam abrir a cortina para um novo futuro. É um programa de preparação da sociedade para um novo tempo.

A partir da visão integradora, a sociedade, o Estado como sua organização central; e a economia como processo de atendimento de necessidades, são considerados como os componentes básicos, os blocos construtivos que formam o tripé da política contida no presente programa. Como num tripé, a falta de uma das pernas o faz tombar.



Unir pontas de eixos de ação que se encontram fragmentadas e dispersas em um espaço igualmente desorganizado é a lógica central do presente Programa de Governo.

A desarticulação das iniciativas dos agentes da sociedade pode ser considerada o principal freio ao desenvolvimento econômico e ao atendimento das necessidades coletivas, sendo principal fonte de ineficiência de sua ação. Essa ineficiência é refletida na ausência de dinamismo da economia, no desatendimento das necessidades coletivas, assim como nos riscos existenciais, econômico-financeiros e mesmo nos riscos de segurança jurídica e pública.

É nesse momento que uma nova visão da sociedade, da economia e do Estado bate na porta para entrar. Uma nova lógica de desenvolvimento, um novo motor, passam a orientar a estruturação do Programa, suas diretrizes e ações.

Como representado na figura abaixo, é a articulação das ações dos agentes, promovida por um planejamento integrado do território e das ações econômicas, aliada às ações de renovação do organismo estatal, que produzirá as sinergias necessárias para retomar o crescimento em condições ampliadas, estáveis e seguras, abrindo ao povo tocantinense novas perspectivas de futuro.



PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

O atraso no desenvolvimento do Tocantins e os enormes problemas enfrentados em todos os setores impedem os tocaninenses de terem melhores perspectivas e qualidade de vida. Além disso, tais problemas limitam o Estado de ter maior capacidade de atrair novos Projetos reduzindo sua competitividade no mercado nacional e Internacional.

Portanto, necessita-se de implantação de outro modelo de *Estado*, que mude significativamente as relações entre o Governo, Sociedade e, principalmente, a relação do Estado com os agentes econômicos (empresas, associações, famílias e pessoas).

Assim, neste novo modelo de Estado passa a ser o *articulador, o apoiador, o facilitador* para que os agentes façam acontecer o crescimento econômico e social através da realização dos projetos autônomos de cada cidadão. Nesse sentido, novos

empreendimentos deverão aumentar e ampliar os espaços de oportunidades de produção, emprego e renda mudando significativamente o quadro da atual dependência da economia do emprego no setor público Tocantins.

O Tocantins não vive um problema de gestão, mas de Estado. Sem um projeto de Estado (não apenas de gestão) bem definido e corretamente orientado, não serão corrigidas os graves problemas que enfrentamos. Necessitamos da visão de estadistas. O estadista é capaz de formar uma equipe de gestores para seguir as diretrizes democraticamente estabelecidas. Um gestor desprovido de visão de Estado não é capaz de corrigir rumos, pois não possui ele próprio uma visão estratégica para apresentar à sociedade.

O novo Governo deve construir novas relações com a sociedade tocantinense, apoiando e complementando, quando necessário, através de suas ações, mas sempre fortalecendo o poder de realização dos agentes econômicos e cidadãos. O apoio do Governo visa garantir novas relações de parceria entre o setor público e os agentes econômicos internos e externos promovendo o desenvolvimento do Estado.

A grande tarefa deverá ser empoderar, fortalecer e promover o aumento da produção e produtividade de maneira sustentável, tanto no agronegócio, como na indústria, no comércio e nos serviços. Dessa forma, o modelo deverá ser inovador da gestão do Estado promovendo o aumento da renda, do consumo e, conseqüentemente, a arrecadação de tributos, sem a necessidade de aumento de taxas e impostos.

A estratégia e o objetivo do Governo será de apoiar os cidadãos no que se refere à ampliação e melhoria da escolaridade e capacitação. Assim aumentaremos a capacidade de geração de emprego e renda, compreendendo que o cidadão preparado e empreendedor é o maior e mais importante objetivo da ação governamental e a principal ação para melhoria da qualidade de vida dos tocantinenses.

A família constitui elemento central nesse processo. Ela deve ser valorizada pelo estado, que deve agir em cooperação todos os segmentos, em especial as igrejas, associações civis e empresas, para a promoção dos valores da coesão familiar e para a valorização da vida.

Esse novo paradigma, será concretizado através de ações nesses próximos anos, preparando o Tocantins para um outro tempo, mostrando ao Brasil maneira para se enfrentar a crise e retomar o caminho rumo ao outro modelo de desenvolvimento mais sustentável e inclusivo. A tarefa maior é promover não somente o desenvolvimento econômico, mas, principalmente o desenvolvimento social, cultural e político do Estado.

Inclusive faz-se necessário implementar novas formas de fazer “Política” e promovendo novos formatos das relações com a sociedade e com as lideranças políticas locais e estaduais. O objetivo do novo governo será romper com as relações clientelistas e paternalistas do atual falido sistema político do Tocantins. Verifica-se que no Tocantins o velho sistema político das trocas de favores entre os representantes e representados tem provocado grandes e profundos prejuízos a toda sociedade. Além disso, embora o Tocantins seja um Estado novo o atual modelo político e de gestão pública é velho e muito atrasado, tal modelo deixou a população decepcionada e têm afastado possíveis investidores.

Vamos implantar uma outra forma e relação, ativa, respeitosa e saudável com os parlamentares e gestores públicos municipais. Faremos alianças políticas programáticas e coerentes, entretanto, sem demonizar nem mesmo desqualificar as pessoas, os deputados ou lideranças, sem pagar propinas, sem comprar apoio político para aprovar matérias do poder executivo em nome da chamada “governabilidade”. Fortalecer e realizar uma relação de maneira republicana, preservando a independência entre os poderes sem troca de favores, indicações ou até mesmo cargos dentro da estrutura do poder executivo.

A atual gestão pública do Estado é ineficiente, inadequada e incompatível com as necessidades da retomada do desenvolvimento do Tocantins. O Estado tem hoje um grande desequilíbrio entre as receitas e despesas. As despesas são elevadas e não tem foco e nem prioridades. Compra produtos e serviços acima dos preços de mercado. O problema é gravíssimo visto que a receita corrente líquida do Estado dobrou nos últimos 10 anos, porem as despesas administrativas e folha de pagamentos triplicou, inclusive dos demais outros poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e TCE.

O Tocantins não tem um sistema de controle interno eficiente e respeitado capaz de inibir ou mesmo evitar a realização despesas desnecessárias além de não fiscalizar de forma rígida os contratos dos fornecedores em relação à entrega efetiva dos produtos e serviços ofertados ao Estado.

Outra ação importante será o combate à corrupção arraigada nas estruturas do Estado.

O Estado do Tocantins tem um elevadíssimo gasto com despesas da folha de pagamentos acima do limite prudencial e máximo permitido pela LRF. Atingimos em 2017 55,99%, o que constitui um grave problema que precisa ser enfrentado e resolvido, problema que se mantém e se aprofunda no governo atual. De maneira democrática e racional, faremos oportunamente diversas reuniões junto a todas as categorias e representantes do servidor público, nas quais apresentaremos uma proposta de pagamento das progressões e datas bases, direitos líquidos e certos do servidor, dentro de um calendário adequado e compatível com a realidade financeira do Tesouro estadual.

O Governo MARLON REIS buscará promover o desenvolvimento econômico e social de nosso Estado e de sua população, mas para que de início a este objetivo é necessário tirar o Estado da situação econômica e financeira em que se encontra. O peso elevado do Estado na economia e na geração de emprego levou a situação ao caos. O Estado tem que passar de provedor para indutor do desenvolvimento. O modelo atual já não atende aos

paramentos para alcançarmos o desenvolvimento que queremos, e que temos condições de conseguir.

A busca e implementação deste novo modelo de gestão pública implicará em tomar decisões adequadas e necessárias, para que possa atingir seus objetivos dentre os quais destacam a melhoria da qualidade de vida e renda da nossa população.

Neste novo modelo de gestão dois pontos são extremamente importantes para atingirmos nossas metas: controle sistemático das despesas financeiras do Estado e combate à corrupção. Só vamos conseguir combater a corrupção, se tivermos um sistema de controle eficiente e dinâmico.

Diretrizes

Tocantinenses e nossa Terra

Gente e sua terra são os blocos construtivos para a construção de um processo de desenvolvimento que faça a cidadã e o cidadão olharem positivamente o futuro de sua vida. Esse eixo é, assim, colocado no início de todo o programa, evidenciando a natureza eminentemente humanista da proposta.

Esse pilar programático estrutura-se nas seguintes diretrizes de ação:

- Estabelecimento e provisão de metas educacionais, de saúde, esporte, cultura e lazer, a serem atingidas por meio de parcerias entre setor público e privado:

Todos os esforços e gastos desses serviços básicos têm de ser orientados para fins definidos, que é o

desenvolvimento humano, a ser medido por metas a serem alcançadas. Esses esforços, por sua vez, não se limitam à ação do Estado. Tratando-se de interesse da coletividade, as diversas organizações são conclamadas a contribuir para o alcance das metas, em estreita cooperação com o Estado.

Apoio a programas educacionais promotores do empreendedorismo, com estabelecimento de parcerias entre instituições públicas e privadas:

A. educação tem de priorizar o pleno desenvolvimento das capacidades do tocaninense com vistas a que sua contribuição, criativa e inovadora, possa agregar valor à sociedade. Para esse mister, há de se instituir um ensino onde à cidadã e cidadão em idade de formação se fomentem atitudes e habilidades, assim como curiosidade e discernimento para buscar os conhecimentos necessários para a concepção e implementação de seu projeto de vida.

- Apoio à vida familiar, com foco nas famílias de baixa renda e em situação de risco:

A família tem de ser considerada como unidade de produtores com plena capacidade de agregar valor à sociedade por meio de projetos de vida que desenvolvam seu potencial. Os serviços públicos relacionados ao desenvolvimento humano, mas com foco ao combate à pobreza e a retirada da juventude da miséria moral e de risco legal serão considerados como máxima prioridade do governo.

- Atualização e complementação do zoneamento ambiental

O planejamento de áreas destinadas a diferentes culturas assim como as reservadas para assegurar a perenidade dos recursos naturais para a produção e a resiliência a riscos ambientais deverá ser completado e reformado com a participação das organizações da sociedade.

- Prover segurança dos recursos naturais e resiliência às mudanças climáticas

Um foco principal da gestão ambiental é garantir que os recursos naturais necessários para a produção e a qualidade de vida. Além disso, há de se reduzirem a probabilidade de desastres naturais e a contenção dos efeitos quando eles ocorrerem. As respectivas ações devem ser definidas e gerenciadas em cooperação com os organismos da sociedade.

- Apoiar a oferta de serviços ambientais por empresas e organizações não governamentais

B. proteção ambiental não consiste apenas de restrições e controle. Na verdade, diversos serviços correlatos não apenas para proteger, mas também para explorar a natureza, constituem oportunidades para o empreendedorismo ambiental. O governo deve abrir espaços para agentes que queiram cooperar e agregar valor à gestão ambiental.

Estado articulador, transparente, justo e seguro

Eventos recentes vêm minando a confiança da cidadã e do cidadão no principal organismo regulador da sociedade, que é o Estado. Crises da moralidade pública, ineficiência do Estado em atender as necessidades da coletividade, a redução dos espaços financeiros para investimentos, todos esses elementos turvam a

visão, as perspectivas do que lutam para melhorar as vidas suas e dos outros membros da sociedade. A superação desses buracos e barreiras exige uma renovação radical da estrutura do Estado, de sua forma de intervir e de dialogar com a sociedade e de construir, com sua participação, o futuro da sociedade. A construção de um novo Estado é a exigência do momento: a de construir um Estado que mobilize a sociedade ao invés de substituí-la, um Estado que dê segurança jurídica e pública, e que consiga sintetizar as vontades em planos estratégicos efetivos.

Nesse pilar programático, seguintes diretrizes estão estabelecidas:

- Incentivo e consideração de propostas vindas da sociedade na solução e no atendimento das necessidades coletivas;

O Estado passa a assumir um papel de incentivador e articulador de propostas da sociedade para a solução dos problemas identificados, tendo sua ação direta um papel complementar enquanto as organizações da sociedade não estiverem suficientemente fortalecidas organizacional e financeiramente para darem contas da totalidade das necessidades coletivas.

- Provisão e apoio a ações de segurança comunitária;

A experiência internacional demonstra que a segurança pública efetiva requer uma cooperação estreita entre a população e as forças policiais. Estratégias de segurança comunitária, já regulamentada no Brasil, asseguram essa cooperação. Outro aspecto essencial é o treinamento das forças policiais, tanto no aspecto da relação com a comunidade quando na adoção de sistemas de inteligência.

- Sistema de controle financeiro transparente e aberto à sociedade;

Transparência nas contas governamentais e combate efetivo e preventivo da corrupção são as aspirações principais de uma comunidade já comalida pela imoralidade pública e pelos escândalos decorrentes, que desestruturam não apenas o Estado, como também a economia e a vida social. Cabendo a repressão de malfeitos aos órgãos de controle e ao Judiciário, o Executivo há todavia de estreitar laços de cooperação com esses poderes, além de adotar um sistema de inteligência e transparente que desencoraje desvios pela maior probabilidade de sua detecção. A estratégia de “Governança Aberta” (Open Governance) constitui um dos pontos principais do programa.

- Adoção de um Planejamento territorial estadual e microrregional;

O pleno desenvolvimento dos potenciais de desenvolvimento e do território onde esse ocorrerá, exige uma coordenação planejada das ações e dos investimentos tanto do setor público quanto privado. Nesse planejamento, as articulações espaciais dos projetos e dos polos de desenvolvimento assegura a maior eficiência espacial. Esse planejamento haverá de se constituir em um momento principal da cooperação entre o Governo e as organizações da sociedade.

- Adoção de Programa multisetorial integrado de investimentos estratégicos fiscalmente sustentáveis;

Os investimentos públicos continuam sendo uma mola mestra para o crescimento econômico. Contudo, eles precisam ser selecionados com base em pautas de prioridades definidas no planejamento territorial. Dado o relativo esgotamento do espaço fiscal, é essencial que sua realização se dê de forma a garantir o máximo retorno à sociedade, em termos de crescimento, geração de renda e, todavia também, de um aumento da arrecadação que cubra os dispêndios que o Estado, em nome do contribuinte, realizou com os projetos. Tanto sua escolha, quanto sua realização e o monitoramento dos resultados econômicos haverá de ser executados em estreita cooperação com as organizações da sociedade.

- Ação ativa de atração de investimento privado

O investimento econômico do setor privado é a alavanca principal do crescimento e da geração de renda. Além disso, é fonte de inovação permanente, sendo nesse quesito mais potente do que iniciativas desenvolvidas nos melhores escritórios de projetos da Administração Pública. O apoio governamental a esse não se dá apenas pelos investimentos públicos, pelas facilidades regulatórias e pelos já clássicos incentivos fiscais (incentivos esses que nem sempre rendem resultados que compensem valores da renúncia fiscal): é igualmente essencial que o governo apoie a elaboração de projetos, consistentes e atrativos, que tenham capacidade de chamar atenção daqueles que detém recursos financeiros. Os projetos de investimento é que tirarão os potenciais do plano das promessas, fazendo a roda do crescimento girar.

Economia

A apresentação do desenvolvimento econômico como terceiro pilar não representa uma subordinação desse aspecto na vida da sociedade e na ação do Estado. Na verdade, os três pilares, Desenvolvimento Humano, Estado e Economia são leituras indissociáveis da mesma realidade, que é a sociedade e o rumo de seu futuro.

Tanto é que, por meio da nova construção e do novo papel do Estado, articulador e menos interventor, o fortalecimento da economia e o empoderamento da cidadã e do cidadão são colocados em marcha. Em estreita cooperação com os agentes da economia e da sociedade, os potenciais e as estruturas espaciais receberão um novo arranjo e ritmo.

A estratégia de base subjacente ao Programa de Governo é “unir as pontas”, articular iniciativas dos diversos agentes, que hoje se encontram dispersas e por isso fragmentadas e incompletas. Essa união da pontas exige uma renovação do processo de planejamento, mas que seja efetivo, saia do papel e represente a síntese da vontade da população.

Reconhecemos demandas importantes do setor do agronegócio que precisam ser debatidas em conjunto para que soluções colaborativas possam ser criadas em curto prazo, como dialogar sobre pautas do setor do agronegócio para uma carga tributária mais justa, com um ICMS pautado próximo da realidade tocantinense, notas de produtor rural disponíveis também em formato de talão, a questão da venda de gado em pé entre os Estados, ampliar a oferta de calcário para diferentes regiões do Estado, liderar uma articulação com as operadoras de trens no Estado e das hidrovias, buscar solução para conflitos fundiários existentes no TO, priorizar as estradas rurais e viabilizar o quanto antes a reforma da Ponte sob Rio Tocantins em Porto Nacional.

No campo mais especificamente econômico, seguintes diretrizes estão estabelecidas no Programa:

- Política de industrialização a partir de agrupamentos produtivos baseados nos potenciais locais

A industrialização não tem por efeito apenas de agregar valor e gerar renda: ela produz transformações profundas no ritmo e na ética do trabalho e introduz critérios de racionalidade mais rigorosos a vida produtiva. Por outro lado, é imperioso que uma política de industrialização não surja de escolhas voluntaristas de projetos industriais, via de regra ineficientes e devoradoras de recursos públicos, mas sim parta do tecido produtivo existente e das possibilidades de agregação de valor nele dormentes. Uma economia baseada na agroindústria moderna abre um leque de opções a serem consideradas na política.

- Apoio à agricultura familiar, à respectiva agregação de valor e comercialização

O apoio à agricultura familiar não pode ser considerado como uma mera “política social”, de geração de renda: esse setor é, na verdade, essencial e o mais produtivo para culturas que, por sua natureza, requeiram o uso mais intensivo de mão de obra. Nos estritos campos de sua atuação, os produtos desse subsector podem possuir um alto valor agregado com vistas, até, à sua exportação, como ocorre em vários países exportadores de alimentos de alto valor. Além disso, esse setor pode ser um expoente em inovação, aumentando mais ainda sua contribuição para o crescimento econômico.

- Apoio à implantação de plataformas de inovação

Nos dias atuais, não dá para assegurar competitividade da economia e espaços de comercialização de bens de alto

valor agregado sem a decidida e apoiada contribuição dos centros de pesquisa e dos respectivos esforços em inovação. Esses esforços não requerem apenas recursos financeiros, muitas vezes a fundo perdido, mas também a sua inserção em redes nacionais e internacionais, com a devida articulação com o governo e o setor privado. As plataformas de inovação constituem uma estratégia já internacionalmente consagrada, de cuja experiência o Estado, como política governamental central, haverá de se beneficiar. Elas podem, por sua vez, se tornar objeto de relevante investimento privado.

- Política de investimento em cidades novas

A atração de investimentos não requerem apenas projetos, facilitações e financiamento. Tais investimentos estruturantes trarão consigo capital intelectual que via de regra exige condições de vida condizentes com necessidades e hábitos de camadas de maior capacidade intelectual e renda. A distribuição mais equitativa dos motores de crescimento implica, então também, na distribuição mais igual de centros urbanos atrativos para esse capital intelectual. Levando em consideração a baixa densidade de centros desse nível no Estado do Tocantins, torna-se imperativo a implantação de projetos de ampliação dos principais polos, por meio de iniciativas do setor privado, devidamente apoiadas pelos municípios e pelo Governo do Estado. Tais iniciativas, além de se converterem em mais um atrativo para investimento e, portanto, do crescimento, deverão garantir qualidade inédita de ambientes urbanos, na medida em que integrem o melhor que o investimento privado possa introduzir.

- Integração da oferta de infraestruturas urbanas por meio de parcerias público-privadas

Paralelamente à implantação de novos centros, colados aos existentes, as infraestruturas urbanas desses últimos requerem permanentemente complementação, ampliação e modernização. Muito dos serviços de infraestrutura estão no campo de responsabilidade do poder estadual; outros, dos municípios. Contudo, sua oferta esfacelada por diversos órgãos e empresas produz ineficiência econômica, que prejudicam a operação e o próprio investimento nas infraestruturas. O Programa do Governo inovará nesse campo, ao desenvolver, junto à iniciativa privada, novos modelos institucionais de organização integrada da oferta, garantindo-se a cobertura mais plena das necessidades coletivas em condições de qualidade e eficiência.

- Apoio a projetos urbanos municipais

Cidadãos e cidadãos têm no município a principal instância de cobrança de serviços, de investimentos públicos e de políticas de apoio às atividades familiares e econômicas, assim como de sua própria identificação e atuação cívicas. Contudo, muitos dos municípios não possuem ainda condições técnicas para o atendimento das necessidades coletivas sob sua responsabilidade. Mesmo em pleno respeito às competências que a Constituição reservou aos municípios, o governo estadual não pode ficar de braços cruzados frente às deficiências da Administração desses. O governo estadual pode e deve desenvolver o empoderamento dos municípios contidos no território estadual, mediante apoio técnico e cursos de capacitação para a realização das obrigações dos governos municipais, a começar com a elaboração de planos municipais, com a modernização da gestão, com a elaboração de projetos e com a procura de recursos financeiros correspondentes. Mais uma vez, trata-se de um esforço que o governo estadual haverá de contar com a cooperação com organizações

EIXOS DO DESENVOLVIMENTO DO TOCANTINS

EIXO 1 – Desenvolvimento Humano

Não há economia forte sem ser humano valorizado, sem famílias fortalecidas para produzirem pessoas capazes de desenvolver plenamente seus potenciais para agregar valor à sociedade e à economia. O pleno usufruto da liberdade pressupõe, portanto, que as cidadãs e os cidadãos sejam empoderados intelectual, econômico e politicamente para desenvolverem e efetivarem projetos de vida agregadores de valor. Esse é o verdadeiro conteúdo do desenvolvimento humano, o primeiro eixo do programa.

É óbvio que o ser humano não pode desenvolver seus potenciais ignorando as condições que o ambiente natural estabelece. Essa ignorância aumenta os riscos não só sobre a produção, mas também sobre as vidas das pessoas. Todos nós dependemos dos recursos da natureza que, muitas vezes, são reduzidos pela ação humana descuidada e imprudente.

Todas essas atividades são fundamentais para o desenvolvimento da capacidade humana e precisam ser tratadas de forma integrada, com foco em resultados finalísticos.

Nesse âmbito, o programa contém seis pontos:

Plano Estratégico Integrado e Participativo dos Setores da Educação, Saúde, Esporte, Cultura e Lazer

Será instituído um grupo de trabalho que deverá, em estreita cooperação com organizações da sociedade, definir para esses setores indicadores e metas que representem a visão e os objetivos a serem atingidos, assim como os investimentos e as ações a serem realizadas.

O Governo apoiará iniciativas da sociedade e dos órgãos públicos no sentido de cumprir com os objetivos estabelecidos de forma inovadora e integrada, superando o atendimento fragmentado, incompleto e ineficiente das necessidades coletivas.

Apoio a programas educacionais promotores do empreendedorismo

Um campo mais urgente que exige ações imediatas é a educação empreendedora, que gere atitudes e habilidades, além de prover os conhecimentos para que a cidadã e o cidadão possam desenvolver seus projetos de vida, profissionais e empresariais com foco nas necessidades da sociedade.

Contudo, não basta educar e suprir conhecimento: é igualmente essencial que o cidadão consolide seu direito a empreender. Além disso, os empreendimentos devem usufruir de acesso a diversas inovações nos planos gerencial e tecnológico.

Muitas iniciativas partem de organizações da sociedade, mas também das próprias instituições públicas, que merecem e terão o apoio do Governo.

Assim sendo, o Programa será constituído pelas seguintes ações:

- Elaborar um programa de educação empreendedora curricular e extracurricular em cooperação com organizações da sociedade.
- Apoiar a legalização e gestão de pequenas e médias empresas com foco especial nas comunidades de baixa renda.
- Promover os empreendimentos de pequeno e médio porte através de investimento em inovação e tecnologia

Programa de apoio à vida familiar, com foco nas famílias de baixa renda e em situação de risco

Partindo da constatação de que vivemos em uma sociedade ainda muito desigual, um esforço especial tem de ser realizado para tirar famílias da situação de pobreza e do risco legal.

O Programa avança nas seguintes ações:

- Análise da situação de bolsões de pobreza já reconhecidos, e as respectivas carências;
- Avaliação e adequação das políticas de transferência social, com vistas a identificar as famílias efetivamente carentes e centrar nessas a cobertura das transferências;
- Adoção de ação específica para a infância e juventude em situação de risco legal a ser elaborado e executado em cooperação com organizações da sociedade.
- Programa especial de valorização da família e da vida como valor universal.

Atualização e complementação do zoneamento ambiental

A premência crescente dos riscos hídricos e também dos processos erosivos (da água e do vento) requer seguintes eixos de ação:

- Conclusão e atualização do zoneamento ambiental, em cooperação com organizações da sociedade, para que o mesmo consiga efetivamente gerenciar os riscos, sem afetar negativamente a produção;
- Modernização dos procedimentos de monitoramento e de controle do zoneamento e dos riscos ambientais.

Programa de segurança dos recursos naturais e resiliência às mudanças climáticas

A segurança ambiental pressupõe uma avaliação objetiva dos principais riscos ao fornecimento de recursos naturais, com especial foco nos recursos hídricos, nas condições microclimáticas, de solo e nos processos de erosão e adequação da respectiva legislação. O programa conterà seguintes eixos de ação:

- Diagnóstico dos riscos ambientais;
- Adoção de programa de resiliência do ambiente humano e natural às mudanças climáticas, em cooperação com organizações da sociedade;
- Adoção de programa de adequação e modernização dos serviços de defesa civil e dos procedimentos de gestão de desastres.

Programa de apoio à oferta de serviços ambientais por empresas, organizações não governamentais e organismos internacionais

Uma política ambiental efetiva não consiste apenas de regulamentação, controle e sanções. Diversas atividades que assegurem a segurança ambiental possuem valor econômico capaz de gerar oportunidades de negócio. Assistência a ações de licenciamento, exames laboratoriais, gestão florestal, inovações ambientais e até o ecoturismo abrem portas cada vez mais largas para empreendedores que queiram dedicar sua vida profissional à proteção ambiental.

Nesse sentido, o programa conterà os seguintes eixos de ação:

- Instituição de procedimentos para a contratação de serviços ambientais junto a organismos nacionais e internacionais;
- Ações de apoio à montagem de empreendimentos ambientais e ambientalmente sustentáveis, assim como a seu desenvolvimento tecnológico e seu financiamento.

EIXO 2 – Estado articulador, transparente, justo e seguro

Os eventos mais recentes de corrupção e demonstração de incapacidade gerencial e financeira do Estado vêm provocando desânimo e descrédito entre cidadãos e cidadãs. A vida política e as próprias instituições do Estado são conclamadas a se regenerarem urgentemente, sob risco de graves danos ao Estado de Direito arduamente conquistado.

Além da recuperação das condições de moralidade pública, é necessário que as ações do Estado sejam efetivas em resolver os principais problemas da sociedade sem onerar a sociedade com situações de falência.

As limitações gerenciais e financeiras, assim como o progressivo desenvolvimento de capacidades no seio das organizações empresariais e não empresariais da sociedade, ampliadas graças às inovações tecnológicas e gerenciais, abrem espaço para que o Estado seja desanuviado do excesso de encargos que produzem risco ao seu equilíbrio fiscal e financeiro.

Desta maneira, ele poderá se concentrar, como se fosse o maestro, em articular as forças da sociedade no alcance de metas definidas em um planejamento consistente e participativo. Esse planejamento deve levar à definição de ações e investimentos mais efetivos e integrados, assim como à sua realização concreta.

Uma outra função que os cidadãos delegam ao Estado é que ele sirva de instância de segurança e Justiça. Atender as aspirações civilizatórias como igualdade de direitos e oportunidades, harmonia social, redução da violência e de outros riscos existenciais é a razão mais essencial de ser do próprio Estado.

Nesse âmbito, o programa contém seguintes 6 pontos:

Programa de controle financeiro transparente e aberto à sociedade

O combate efetivo à corrupção inicia-se com a prevenção. O desenvolvimento de sistemas de inteligência e controle sobre os recursos públicos, abertos à sociedade, são um primeiro passo de desencorajamento de tentações de malfeitos, eis que o risco de descoberta e a devida sanção passam a ser elevados. Internacionalmente, técnicas de Governança Aberta (*Open Governance*) vêm ajudando a controlar desvios e desencorajá-los, um passo essencial para a redução da corrupção.

Embora avanços tenham sido realizados principalmente no campo da informatização das ações públicas e do controle fiscal, ações de ampliação e modernização dos sistemas são necessários.

Nesse sentido, seguintes ações são contidas no programa:

- Adequação do sistema de controle financeiro e fiscal ao estado da arte, ou seja, ao que há de mais atual em termos de desenvolvimento tecnológico, com adoção dos métodos de governança aberta (*Open Governance*);
- Com vistas a garantir o bom uso dos recursos do contribuinte e permitir a avaliação dos benefícios e custos produzidos, adoção de um sistema de avaliação dos impactos econômicos e fiscais das diversas ações do setor público;
- Visando fazer voltar a gestão dos recursos públicos ao cumprimento das normas de responsabilidade, readequação dos gastos públicos, especialmente com relação à folha de pagamento, garantindo, todavia, os programas e projetos em curso de relevante interesse coletivo e com situação legalizada.

Incentivo à participação e propostas da sociedade

O Estado contemporâneo deve estar cada vez mais aberto, a que as soluções dos problemas que afligem a sociedade provenham dela mesma. Uma visão do Estado como articulador, encorajador e facilitador das iniciativas das organizações sociais e das empresas melhoram as perspectivas de as políticas alcançarem seus objetivos finais, tornando mais eficientes os investimentos e as despesas do Governo, além de aprofundar a vida democrática.

Nesse campo serão efetuadas as seguintes ações:

- Realização de concursos de ideias para ações estratégicas;
- Elaboração e adoção de uma legislação estadual de procedimentos de manifestação de interesse (PMI), onde agentes externos ao Governo possam apresentar propostas originais e criativas para a solução de problemas da sociedade;
- Ampliação e modernização dos canais de discussão comunitária dos problemas da sociedade e das políticas do governo em redes sociais;
- Aperfeiçoamento dos procedimentos de audiência pública, em espaços físicos e virtuais.

Programa de segurança comunitária

Embora caibam às forças policiais a vigilância e perseguição de atos criminosos, a experiência internacional de países exitosos no campo da segurança pública mostra que a efetiva cooperação

da comunidade com essas forças é indispensável para a obtenção de resultados positivos. Portanto, a segurança pública só será efetiva se obedecer aos princípios da segurança comunitária.

O respectivo programa conterá seguintes ações:

- Aperfeiçoamento de dispositivos de vigilância, informação e inteligência de segurança pública;
- Promoção junto às comunidades de iniciativas de segurança comunitária
- Cursos de capacitação das forças de ordem.

Adoção do planejamento territorial estadual e microrregional

As ações do Estado e da sociedade realizam-se no território. É essencial que esse espaço seja adequadamente ordenado e planejado para alcançar o todo.

É o planejamento territorial do Estado, realizado em escala estadual e microrregional que permitirá a racionalidade espacial, o bom uso dos recursos econômicos e a concepção de uma rede de infraestruturas adequada e generalizada.

As ações nesse campo consistirão de:

- Levantamento dos projetos existentes e das ações em curso, dos setores público e privado;
- Avaliação de lacunas e deficiências locais;
- Avaliação e adequação da demarcação de territórios de planejamento para fins de regionalização do mesmo;
- Consolidação dos procedimentos de participação da sociedade no planejamento estratégico, com o desenvolvimento de espaços nas redes sociais e da realização de eventos de discussão e participação nas decisões;

- Preparação da elaboração de planos territoriais estratégicos, em nível estadual e microrregional, que nortearão as ações dos próximos governos, sendo eles revistos a cada dez anos.

Programa de investimentos estratégicos fiscalmente sustentáveis

Qualquer planejamento só é efetivo se dele resultarem ações e investimentos concretos, ou seja, se o plano “sair do papel”. Portanto, a partir dos planos territoriais microrregionais e estadual sairão finalmente os programas de investimento para os diversos setores e regiões. Caberá a esses programas contemplar a continuidade dos projetos existentes e trazer à realidade os projetos solicitados e sugeridos pela sociedade.

Uma das condições para se obter um planejamento efetivo e uma racionalidade das ações públicas é que os programas setoriais consigam se comunicar entre si e que eles integrem as ações prioritárias dos diversos setores com vistas a se darem a mão na obtenção dos resultados almejados pela sociedade.

Uma outra condição essencial que os projetos e os programas devem atender é que sejam otimizados seus efeitos de crescimento na sociedade, portanto de geração de renda ao longo das redes de empreendimentos neles inseridos. Isso é importante também para assegurar que os investimentos, pagos pelo contribuinte, aumentem a arrecadação e contribuam para o equilíbrio das contas públicas. Evitase, com isso, que o contribuinte seja penalizado por projetos pobres de resultados na economia, trazendo o risco de ver impostos aumentados ou os serviços do governo diminuídos.

Isso posto, as ações desse programa consistirão de:

- Consolidação dos planos e programas setoriais e análise das relações e implicações mútuas;

- Desenvolvimento de programas superordenados de articulação e de procedimentos institucionais, com vistas a obter eficiências sistêmicas do conjunto das ações setoriais;
- Realização de procedimentos de manifestação de interesse com vistas à elaboração de soluções inovadoras de integração das ações setoriais e da contratação da execução de projetos conjugados.

Programa de atração de investimento privado

O crescimento econômico se inicia com projetos de ação e investimento, projetos esses que darão vida aos recursos e oportunidades para os diversos agentes e famílias. É daí que se produzirão as riquezas a serem distribuídas, para que elas possam contribuir para a satisfação das necessidades da sociedade e também para que os agentes e as famílias atinjam novos patamares na sua capacidade de realização.

Para que tal ciclo de crescimento se inicie é essencial que detentores de projetos e financiadores consigam se encontrar para fazer a roda do crescimento girar.

Nesse campo, caberá ao governo levantar, consolidar e apresentar a entidades financeiras nacionais e internacionais, públicas e privadas, os projetos constantes dos programas estratégicos de investimento.

Devemos lembrar que o mundo das finanças não padece de recursos financeiros, e sim de boas oportunidades de investimento. E que capacidade de desenvolver e apresentar projetos é um dos principais fatores de estagnação econômica de uma sociedade.

Por fim, o Estado tem apoiado o investimento privado por meio de incentivos fiscais. Mas nem sempre esses incentivos produzem os efeitos almejados, levando a uma perda líquida de arrecadação, sem ganhos suficientes para a sociedade.

Considerando essas observações, o programa de atração conterà as seguintes ações:

- Realização de eventos de promoção dos projetos constantes no programa, para chamar atenção da comunidade financeira das grandes oportunidades de investimento que se abrem no Estado do Tocantins;
- Ações estratégicas para com agências de fomento nacionais (BNDES, BASA, BB, CEF, etc.) e internacionais (BID, CAF, BIRD, etc.) com vistas a melhorar a capacidade do governo e da sociedade de elaborar projetos e de consolidar programas de investimento;
- Revisão e aperfeiçoamento dos mecanismos de fomento fiscal de investimentos.

EIXO 3 – Desenvolvimento Econômico

As aspirações da redução de emprego, de melhoria da renda e da qualidade de vida, com um conseqüente aumento do nível do consumo, dependem do aumento da capacidade produtiva do Estado do Tocantins. Evidentemente, esse aumento não pode ficar concentrado em extratos limitados e em regiões mais desenvolvidas.

Uma política de desenvolvimento deve promover o investimento produtivo, mas cuidar que diversas regiões e camadas da sociedade tenham sua chance.

Uma condição central é a melhor distribuição das infraestruturas e de acesso a serviços públicos em todas regiões do território estadual. Igualmente, é essencial que essas se industrializem e afirmem sua competitividade.

Hoje em dia, essa industrialização depende em grande medida da região promover iniciativas de inovação. A inovação, por sua vez, não pode ficar concentrada em grandes empreendimentos. É essencial que ela também avance nas pequenas e médias empresas, inclusive na agricultura familiar.

Levando em consideração essas diretrizes, o programa de governo contém as seguintes ações:

Política de industrialização a partir de agrupamentos produtivos locais

A partir de um mapeamento de potenciais agroindustriais e de planos de investimento produtivo em cada região nas microrregiões será adotado um programa de apoio à formação de aglomerações produtivas locais.

Outra ação que dirá respeito ao apoio técnico e à busca de fontes de financiamento, ação essa a ser desenhada e gerida em cooperação com entidades da sociedade.

Apoio à agricultura familiar, à respectiva agregação de valor e comercialização

A agricultura familiar possui um papel importante na produção não apenas de alimentos, mas também na de matérias primas

renováveis. Em diversos países, essa agricultura é ativa na exportação de bens alimentícios de alto valor.

Nesse campo, estão previstas as seguintes ações:

- Capacitação de agricultores familiares, incluindo o apoio a iniciativas de inovação, por meio de intensa cooperação com o setor empresarial e com entidades da sociedade;
- Apoio técnico ao suprimento de insumos, à comercialização dos produtos, inclusive no âmbito internacional, para o aumento da competitividade e à agregação de valor;
- Aquisições governamentais de produtos da agricultura familiar, especialmente para a alimentação escolar e hospitalar.

Programa de apoio à implantação de plataformas de inovação

A inovação é o grande motor da economia contemporânea, devendo constar nos programas de industrialização. Nesse ponto, o plano de governo inclui inicialmente a adoção de um plano estratégico de inovação para o Estado, em cooperação com universidades, centros de pesquisa e iniciativa privada. A partir das iniciativas de inovação, o governo apoiará sua consolidação em plataformas de inovação no Estado.

No âmbito da agroindústria, a bioquímica a partir da produção agrícola consolidada fornece um grande espaço de oportunidades para a industrialização, e contará com programa específico de apoio.

Nesse âmbito, o papel da FAPT será reforçado, mediante a adequação dos mecanismos de fomento à pesquisa e inovação e dos procedimentos dessa fundação.

Política de investimento em cidades novas

A atração de investimento depende em larga escala se a região possui polos urbanos com serviços necessários para a realização de negócios e para a própria residência de seus gerentes e quadros. Uma política de apoio ao desenvolvimento dos polos microrregionais, em conformidade com as diretrizes do respectivo plano de desenvolvimento territorial microrregional, deverá ajudar os municípios a consolidarem a estrutura urbana e aumentar a capacidade dos polos de atraírem investimento industrial.

Um programa especial visará apoiar iniciativas de investimentos integrados em desenvolvimento urbano em conformidade com os planos municipais, por parte do setor privado.

Capacitação da gestão municipal

Embora o desenvolvimento urbano seja de competência constitucional dos municípios, o estado não está excluído e isento de apoiar os municípios para que esses possam aperfeiçoar seu planejamento e sua gestão.

Nesse campo, um programa cuidará da capacitação dos gestores municipais para o planejamento e elaboração de programas de investimento. Esse programa apoiará igualmente as prefeituras para elaborarem programas integrados de infraestrutura urbana e para aperfeiçoarem os procedimentos contratação administrativa de serviços e obras públicas, assim como de monitoramento e controle de serviços e obras públicas.

Apoio a projetos urbanos municipais

Para municípios que já contem com uma capacidade de planejamento e elaboração de projetos, será adotado um programa de apoio para fins de articulação das prefeituras com órgãos estaduais, nacionais e internacionais de fomento e com investidores do setor privado. Esse programa de apoio a projetos incluirá a construção de um banco de dados de projetos municipais.

MATERIALIZANDO UM PROGRAMA DE ESTADO

Até aqui vimos a apresentação de um projeto de Estado. Uma visão inovadora que aponta um rumo para o Tocantins, como seus primeiros desdobramentos na forma de projetos e ações. Em seguida veremos como esse leque de princípios e fundamentos se transformará e programas de gestão nas mais diversas áreas de atuação do governo.

ÁREA: DEMOCRACIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

São as seguintes as nossas propostas para o aprofundamento da experiência democrática no estado do Tocantins e para a garantia de um governo pautado pela integridade e pela transparência:

- Criação do Conselho da Cidadania, com a participação direta de líderes sociais, religiosos e comunitários das diversas regiões do estado.
- Descentralização do governo, com a distribuição de representações autônomas em todas as microrregiões do Tocantins.
- Criação da Secretaria Especial de Transparência e Controle Social, objetivando a assegurar a toda a cidadania e aos

órgãos de controle pleno acesso às movimentações financeiras do estado.

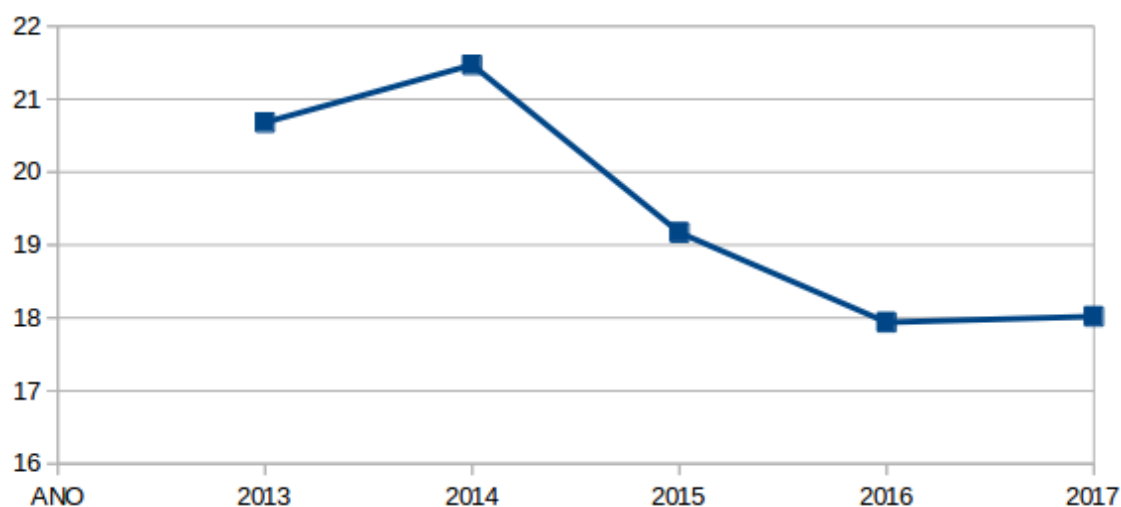
- Revisão obrigatória daqueles contratos em que estejam presentes indícios de fraude, sem qualquer prejuízo à segurança jurídica e ao dever do estado e honrar com suas obrigações.
- Aplicação integral da Lei da Ficha Limpa nas nomeações para cargos e funções junto ao Poder Público;
- Formação de rede institucional com os demais Poderes e com os órgãos de controle para a adoção de padrões de integridade pública.
- Realização de campanhas educativas para a formação de cidadãos e cidadãs independentes e dotados de consciência cívica.
- Nomeação de titulares de cargos e funções públicas com base em critérios objetivos de merecimento.

ÁREA: SAÚDE

Em que pese já ter sido um dos Estados que mais investiu proporcionalmente em ações e serviços públicos de saúde, a rede de serviços de saúde está colapsada e estagnada, com um aprofundamento do subfinanciamento do Sistema Único de Saúde. O Gráfico abaixo demonstra a redução anual do investimento de recursos obrigatórios para saúde.

Despesas Obrigatórias Próprias ASPS - LC 141/2012

Série Histórica do Sub-financiamento so SUS no Tocantins



Além de subfinanciar a saúde, os recursos aplicados são mal geridos. O cotidiano dos serviços de saúde do Estado são caracterizados pela falta de medicamentos e materiais hospitalares básicos. A gestão dos hospitais é totalmente desconectada da realidade dos municípios tocantinenses. Os serviços hospitalares do Estado são tratados como um sistema separado dos municípios.

Enquanto o Estado subfinancia e mal administra o sistema de saúde, os municípios do Tocantins sobrevivem e se sobrecarregam com os investimentos de recursos próprios e federais. O Estado não contribui para a regionalização dos serviços de saúde, obrigando os municípios a viverem cotidianas odisséias de transporte de pacientes do interior para os grandes centros. Os processos de municipalização e regionalização das ações e serviços públicos de saúde são considerados como medidas de alto impacto positivo na organização dos serviços de saúde.

Os planos e programas foram escolhidos a partir de concepções científicas das medidas de alto, médio e baixo impacto em saúde pública. Grande parte dos problemas encontrados nos hospitais estão fora dele, os problemas de saúde da população precisam ser atendidos com

resolutividade e humanização nas cidades e regiões onde vivem os tocantinenses.

O Programa de Governo MARLON REIS propõe 18 Planos Estruturantes da Saúde para levar dignidade ao povo organizando a saúde do jeito que o Tocantins precisa.

1) Plano Estadual de Estruturação da Municipalização e Regionalização do SUS por meio de três Programas de Incentivos Estaduais:

a) Programa de Incentivo Estadual - Mais Especialistas para o SUS – Repasse anual de R\$ 30.000.000 de reais no primeiro ano de governo para que os municípios e regiões de saúde estruturem seus serviços de média e alta complexidade ambulatorial.

b) Programa de Incentivo Estadual – Mais Saúde para a Comunidade – Repasse Mensal de R\$ 7.000,00 reais por equipe de saúde da família implantada nos municípios, visando a ampliação da estratégia da saúde da família.

INCENTIVO ESTADUAL – MAIS SAÚDE PARA COMUNIDADE			
ANO	Nº ESF	REPASSE EST.	Total ano
2019	540	R\$ 7.000,00	R\$ 45.360.000,00
2020	560	R\$ 8.000,00	R\$ 53.760.000,00
2021	580	R\$ 9.000,00	R\$ 62.640.000,00

c) Programa de Incentivo Estadual - Mais Agentes para a Comunidade – Garantia do pagamento do novo teto nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias, com repasse mensal da diferença entre o repasse do governo federal e o novo piso nacional. Em condições de subdesenvolvimento, fortalecer e valorizar o papel dos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias são medidas de alto impacto da redução da mortalidade materno-infantil, na desnutrição, na vigilância de campo de endemias, etc.

INCENTIVO ESTADUAL – ACS/ACE – 6.950 NO TO			
ANO	PISO	REPASSE EST.	Total ano
2018	R\$ 1.014,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2019	R\$ 1.250,00	R\$ 236,00	R\$ 19.682.400,00
2020	R\$ 1.400,00	R\$ 386,00	R\$ 34.971.600,00
2021	R\$ 1.550,00	R\$ 536,00	R\$ 50.812.800,00

O conjunto destes três Programas equivalem a um investimento de 8 a 10% do orçamento atual do Estado para a Saúde com resultados de alto impacto esperados:

1. Aumento da cobertura da estratégia da saúde da família.
2. Aumento da cobertura de saúde bucal.
3. Aumento das equipes multiprofissionais de fisioterapeutas, pediatras, ginecoobstetras, nutricionistas, assistentes sociais, psicólogos, etc.
4. Estruturação das consultas com especialidades básicas cardiologistas, dermatologistas, pediatras, ginecologistas, obstétricas, neurologistas, etc e exames especializados de Ultrassom, RX, Tomografia, Ressonância Magnética, Análises Clínicas e outros nos municípios e regiões de saúde.

2) Plano Estadual de Provimento de Especialistas para o Tocantins

As residências em saúde são o padrão ouro para a formação de especialistas para o SUS e para o mercado privado da Saúde. O Estado assumirá a responsabilidade de ordenar e financiar a formação de recursos humanos por meio da:

a) Programa Estadual de Residências em Saúde – ampliação e financiamento dos programas de residências e das atividades de preceptoria, tutoria e supervisão.

b) Programa Estadual de Educação Permanente para desenvolvimento profissional dos trabalhadores do SUS, visando o desenvolvimento de pesquisas aplicadas ao SUS e a ampliação da resolutividade do Sistema.

c) Criação de uma Escola de Saúde Pública Estadual, na qualidade de autarquia estadual, para conduzir por meio de 4 pólos macro regionais toda a execução dos programas de residências, das políticas de educação permanente e o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no SUS.

d) Programa Estadual de Fomento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde promovendo: Apoio para a construção e estruturação do Hospital Universitário da UFT

Apoio para a construção e estruturação do Hospital do Câncer

Apoio para a estruturação do Hospital de Institutos de Ensino e Pesquisa nos Hospitais Privados

e Filantrópicos do Estado

Estímulo a implantação de fábricas e unidades de produção de insumos médicos e hospitalares,

de biotecnologia, hemoderivados e fármacos no Tocantins.

Estímulo ao investimento direto e indiretos na fitoterapia e em biotecnologia.

3) Plano Estadual de Investimento em Infraestrutura Hospitalar.

a) Programa Tocantins Mais Infância – Ampliar os leitos pediátricos desde o primeiro ano de governo.

b) Programa de Estruturação da Rede de Atenção em Traumatologia e Ortopedia – Criação de um Centro Estadual

de Referência de Ortopedia e Traumatologia em Palmas com dois Polos em Gurupi e Araguaína.

c) Programa de Modernização e Incorporação Tecnológica para gestão hospitalar e prontuário único do cidadão.

d) Estruturação do Primeiro Hospital de Retaguarda para pacientes de longa internação que não necessitem cuidados intensivos.

e) Substituição de estruturas alugadas por estruturas próprias.

4) Plano de Estruturação da Rede de Urgência e Emergência

a) Criar a Central de Regulação Estadual – Ampliar as bases do SAMU para as 8 regiões de saúde do Tocantins.

b) Criar o Serviço Próprio de de UTI aérea com modelo misto de gestão, terceirizando aeronaves e utilizando recursos humanos próprios capacitados para pilotagem e atendimento a saúde.

c) Estruturação de 3 polos de serviço aeromédico de urgência e emergência, Araguaína, Palmas e Gurupi.

5) Plano Estadual de Vigilância em Saúde

a) Programa de Integração das Vigilâncias em Saúde e da operacionalização da Vigilância de Campo.

b) Programa de Incorporação Tecnológica em Vigilância em Saúde - Redução do tempo de resposta as endemias

c) Programa Estadual de eliminação da Tuberculose e da Hanseníase no Tocantins.

6) Plano Estadual de Integração Ensino-Serviço

a) Transformar a rede de serviços em rede de ensino para educação profissional

b) Integrar ações e serviços de saúde em parcerias com as Universidades Públicas, Privadas e Filantrópicas.

c) Integrar a Rede RUTE/RNP

d) Criar Programa Estadual de Bolsas de Estudo e Pesquisa para a Educação pelo Trabalho em Saúde.

7) Plano de Estruturação da Rede de Atenção Psicossocial

a) Redução de danos e política de drogas

8) Plano de Atenção Integral a Pessoas com Doenças raras e negligenciadas 9) Plano Estadual de Atenção Integral em Nefrologia

10) Plano Estadual de Atenção Integral as Pessoal Atingidas pela Hanseníase 11) Plano Estadual de Atenção Integral e Intersetorial a Pessoa Idosa

12) Plano Estadual de Atenção Integral a Saúde da Mulher e da Criança

a) Programa Estadual de Humanização da Assistência a Gestação, Parto e puerpério com a estruturação de 4 Casas de Parto Natural Macrorregionais.

13) Plano Estadual de Fortalecimento do Controle Social e da Educação Popular em Saúde 14) Plano Estadual de Humanização da Rede de Atenção a Saúde

15) Plano Estadual de Modernização e Incorporação Tecnológica no SUS

16) Plano Estadual de Atenção as Populações de Rua

17) Plano Estadual de Atenção Integral a População Indígena e Quilombola 18) Plano Estadual de Atenção a População do Campo

Apresentamos ainda as seguintes medidas complementares:

- Fortalecimento e integração do SUS com o objetivo promover a articulação com as políticas municipais do Programa de Saúde da Família visando a prevenção e educação em saúde

- Melhoria e ampliação das instalações hospitalares com o objetivo de promover a construção/ampliação e revitalização dos Hospitais Regionais de Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Paraíso, Colinas, Guaraí, Tocantinópolis, Araguatins, Arraiais e Dianópolis. A ideia é realizar as referidas obras com empréstimos internacionais, visando equipar e modernizar as estruturas físicas e operacionais com novas tecnologias de comunicação e informação
- Revitalização do HGP: tem por objetivo criar uma diretoria especial junto a Secretaria Estadual de Saúde que funcionará dentro do Hospital HGP visando a melhoria de gestão fazendo funcionar e abastecer com produtos, serviços, medicamentos e alimentação o maior hospital do Estado de forma adequada e humanizada
- Programa emergencial visando abastecer as farmácias da rede estadual de hospitais de acordo com as necessidades e demandas dos pacientes
- Realização de mutirões de cirurgias eletivas, reduzindo o prazo de espera dos pacientes.
- Adoção de medidas para equipar e manter os contratos de manutenção dos equipamentos hospitalares do estado em funcionamento adequado.
- Agilização do processo e dos procedimentos de atendimento médico de urgência e emergência em todas as cidades – (atendimento em primeiro lugar de acordo com o grau de risco da enfermidade, com simplificação dos procedimentos burocráticos)
- Reestruturar os hospitais estaduais para que tenham condições de realizar procedimentos de baixa e média complexidade. Ex: partos normais e cesáreas de baixo risco,

cirurgias ortopédicas, cirurgia geral(ex: apendicite, hérnia, colecistectomia).

- Reestruturar o serviço de oncologia do estado, dando ênfase para o serviço de Araguaína.
- Buscar uma maior integração entre os níveis municipais, estadual e federal.
- Equipar e preparar hospitais estratégicos em cada uma das 08 regiões do Tocantins para que os pacientes sejam atendidos em tempo hábil em suas respectivas regionais.(ex: bico do papagaio esta desassistido, Augustinópolis faz 200 cirurgia/mês, mas já chegou a fazer 500 cirurgia/mês). A região do sudeste não tem hospital funcionando adequadamente para urgências cirúrgicas).
- Transporte aéreo ágil e efetivo para casos de alta complexidade e pacientes que necessitam de remoção urgente para centros especializados ou UTI.
- Criação de UTI em Paraíso e porto nacional, alem de criar UTI pós-operatório em Araguaína.
- Remodelamento da UTI pediátrica de Araguaína.

Na área da saúde, o governo Marlon Reis propõe promover uma ampla e objetiva reestruturação das unidades hospitalares estaduais, com a recuperação das estruturas e instalação de equipamentos adequados e em número suficiente para atender toda demanda. Montar uma estrutura centralizada, para agir com rapidez e qualidade, visando promover a aquisição de medicamentos, materiais e alimentos, bem como promover a manutenção de equipamentos das unidades hospitalares.

ÁREA: SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA

Eixo Temático I – Polícia Científica

1ª Medida: Aparelhamento tecnológico e construção da sede do Instituto de Genética Forense do Estado do Tocantins.

Justificativa: Com o advento da Lei 12.654/2012, que criou no Brasil o Banco Nacional de Perfis Genéticos, otimizou-se o uso da ferramenta do exame de DNA para a investigação criminal e constituiu-se um comitê gestor e uma Rede Integrada de laboratórios estaduais. Estas instituições processam vestígios genéticos colhidos em cenas de crimes, bem como materiais oriundos de suspeitos e de condenados e os insere no “banco” nacional, sediado no Departamento de Polícia Federal, para que do cruzamento de dados realizado, sejam embasadas as investigações em andamento. Apenas cinco Unidades da Federação não dispõem de laboratório em funcionamento e o Tocantins é uma delas.

O VII Relatório da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos destaca que com apenas 5.925 perfis de DNA inseridos no banco nacional até o final de 2017 e 2.300 perfis de pessoas cadastradas criminalmente, foram obtidas coincidências que já auxiliaram 436 investigações criminais.

A implantação da estrutura com a colocação do laboratório em pleno funcionamento, nos colocará em condições de elevar o índice de solução de crimes violentos no Estado e de contribuir inclusive para a solução de delitos cometidos por quadrilhas de atuação interestadual.

2ª Medida: Coleta de material genético dos condenados por crimes hediondos e com violência grave.

Justificativa: A Lei de Execução Penal estabeleceu no Art. 9º-A a obrigatoriedade da coleta de DNA de pessoas condenadas por crime praticado dolosamente, com violência de natureza grave contra pessoa, ou por crimes hediondos. Esta medida enriquecerá sobremaneira o Banco Nacional de Perfis Genéticos, elevando a probabilidade de se obterem convergências entre vestígios colhidos nas cenas de crime em todo o território nacional e os perfis genéticos de pessoas condenadas, otimizando investigações até o momento inconclusas por insuficiência de provas.

Para a redução nos índices de homicídios dolosos, é meta da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos, exposta no seu último Relatório, o aumento em 50%, até o final de 2019, do número de condenados cadastrados. No Estado do Tocantins, ainda não foram empreendidas ações efetivas com o fim de contribuir para a meta proposta.

3ª Medida: Instalação, na Polícia Científica, de Sistema Informatizado de Gestão da Criminalística.

Justificativa: Durante a apresentação do Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, realizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública-SENASP, o então Ministro da Justiça destacou a dificuldade que os órgãos de perícia criminal

enfrentam para apresentar dados que permitam aferir a sua eficiência e a forma como são geridos. A ausência de um Sistema informatizado de gestão, nos moldes dos já existentes em outros Estados e na Polícia Federal, impede a inclusão de informações periciais provenientes de todo o território estadual, que poderiam ser analisadas para a identificação de autores de crimes em série e de crimes correlatos. Impede ainda que os próprios especialistas pesquisem trabalhos técnico-científicos realizados em outras regiões do Estado, com o fim de absorver informações de caráter didático e, finalmente, priva a Secretaria de Segurança e as delegacias especializadas, de informações que podem ser úteis aos serviços de inteligência policial. A disponibilização de dados periciais poderia ainda unificar investigações atualmente pulverizadas, promovendo a economia de recursos humanos e materiais.

Eixo Temático II – Identificação Civil

1ª Medida: Aparelhamento tecnológico do Instituto de Identificação do Estado do Tocantins.

Justificativa: Adequação da carteira de identidade tocantinense aos padrões nacionais estabelecidos pelo Decreto 9278/2018, que prevê a interligação do banco de dados de impressões digitais dos Estados com o do Tribunal Superior Eleitoral, coibirá fraudes as mais diversas e ocultações de identidade por parte de criminosos. Até atualmente, tem sido possível de maneira ilícita obter diversos documentos de identificação para uma mesma

peessoa, em razão da ainda insipiente aplicação de dados biométricos em escala nacional e de forma interligada, quando da expedição dos documentos pelos Institutos de Identificação.

Eixo Temático III– Polícia Ostensiva e articulação com outros entes

III.1- Combate às ações criminosas envolvendo explosivos

Contextualização: O Brasil e o Estado do Tocantins tem sido palco de inúmeros ataques de organizações criminosas a empresas bancárias, empresas de transporte de valores e agências dos Correios, perpetrados com o emprego de compostos explosivos, sobretudo emulsão sólida encartuchada, produto fabricado industrialmente para o desmonte de rochas e outras aplicações nos ramos da mineração e da construção civil. O alto poder de destruição de pequenas quantidades do explosivo, associado ao baixo custo do produto e às deficiências da fiscalização, facilitam as ações criminosas. Inúmeras agências bancárias foram parcial ou totalmente destruídas no Estado com o emprego de explosivos, além de carros fortes e agências dos correios. Observa-se contínua redução no número de terminais bancários de auto-atendimento disponíveis para a população do Estado, dada a frequência com que são destruídos por criminosos com o emprego de explosivos. Casos de repercussão ocorreram também nas instalações da feira AGROTINS em 2017, quando a agência da Caixa montada para atender ao evento foi destruída, e

no aeroporto da Capital, invadido por assaltantes que introduziram e detonaram explosivos nos terminais bancários de auto-atendimento.

1ª Medida: Aparentamento do grupamento especializado em bombas e explosivos da Polícia Militar.

Justificativa: As ações policiais visando à repressão de quadrilhas que utilizam explosivos, frequentemente culminam com perseguições e apreensões de material cujo elevado grau de periculosidade exige a atuação de grupo especializado para realizar a sua eliminação com segurança. Locais que sofreram explosão por ação criminosa também podem conter massa explosiva não detonada, expondo a risco iminente as pessoas e a estrutura dos imóveis, devendo ser removidas e neutralizadas apenas por profissionais especializados.

A PM/TO dispõe de policiais treinados para a realização de varredura e de contramedida (neutralização) nas situações mais comuns envolvendo bombas e explosivos, mas não está aparelhada com os equipamentos adequados para a proteção dos membros do Esquadrão Antibombas e para a melhoria na eficiência das suas ações, tais como trajes anti-fragmentação, raio-X portátil, canhão disruptor, kit de busca visual, kit de cordas e ganchos, viaturas e paiol apropriados. A aquisição do aparato é fundamental para fazer frente à repressão das ações criminosas com eficiência e com menor risco à vida dos profissionais.

2ª Medida: Ação articulada com o Exército Brasileiro, as polícias e os órgãos fiscalizadores da atividade mineradora.

Justificativa: Compete ao Exército realizar a fiscalização do transporte, da guarda e da comercialização de explosivos no país. A instituição enfrenta, no entanto, limitações quanto ao número de fiscais para atuar em todo o território tocantinense. Estima-se que o material explosivo utilizado em ações criminosas pode provir de roubos e furtos contra empresas que lidam com o produto em alguma das suas etapas comerciais, de transporte ou uso, ou ainda a partir de áreas de garimpo.

O Estado do Tocantins poderá se converter em região desfavorável à atuação das organizações criminosas que empregam explosivos, se implementado protocolo de atuação que envolva o treinamento das polícias de patrulhamento rodoviário, a intensificação da fiscalização dos órgãos de licenciamento da atividade mineradora e o fortalecimento das investigações da polícia judiciária sobre garimpos clandestinos e quaisquer outras atividades, inclusive lícitas, que façam uso de explosivos. A participação das empresas que lidam com o produto é também fundamental para a elaboração de plano de ação eficaz.

3ª Medida: Articulação com a bancada federal tocantinense

Justificativa: O combate à epidemia de ações criminosas envolvendo o emprego de explosivos em todo o Brasil também depende de discussão no âmbito do poder legislativo federal com o objetivo de restringir o emprego da emulsão sólida explosiva a situações onde há estrita necessidade tecnicamente justificável, substituindo-a por alternativa mais segura e menos susceptível ao uso ilícito. A restrição à guarda descentralizada e sem segurança efetiva, a introdução pelos fabricantes, de mecanismos eficientes de rastreamento dos produtos e a dura penalização de transações irregulares com explosivos e acessórios também são medidas legislativas capazes de contribuir para a resolução da problemática. Tais medidas podem ser induzidas pelo poder executivo estadual, em ação conjunta com a sua bancada federal.

III.2- Ampliação da rede de “Polícia Comunitária” em todo o Estado do Tocantins, dos cursos para formação de agentes comunitários e de segurança, e monitoramento de resultados.

Justificativa: O programa “Polícia Comunitária” realizado pela PM/TO apresenta elevado potencial de sucesso em razão da distribuição daquela instituição por praticamente todo o território estadual e por se tratar da organização policial com maior efetivo de servidores. A vantagem quantitativa e a experiência consolidada pelas polícias militares de outros Estados no mesmo tipo de atuação permitirão ao poder executivo aprimorar os serviços, corrigir eventuais falhas e, trazendo o exemplo das

unidades da federação onde o sistema melhor se desenvolveu, obter êxito em aproximar a população dos bairros dos policiais que realizam o policiamento ostensivo.

A ampliação dos cursos de formação de agentes comunitários de segurança contribuirá para potencializar o programa, na medida em que aqueles agentes constituem verdadeira ligação entre moradores e órgãos de segurança pública.

Eixo Temático IV – Política sobre drogas

IV.1- Investimento no Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas

Justificativa: A instituição tem por finalidade propor e avaliar políticas públicas afeitas aos temas da dependência química e do combate ao narcotráfico. Deve realizar as suas competências tendo conhecimento de experiências exitosas implementadas em outras Unidades da Federação, com as quais precisa interagir. Tem ainda a responsabilidade de aferir, registrar e tornar públicos os resultados das campanhas e ações voltadas para a prevenção, o tratamento e a redução de danos associados ao uso de drogas, bem como os resultados das ações de segurança voltadas à repressão axo tráfico.

A consecução dos objetivos do Conselho só será possível se na sua composição estiverem presentes profissionais com notório conhecimento acerca do tema, tanto no aspecto da saúde

pública, quanto da segurança, para que sejam capazes de propor medidas voltadas à melhoria do atendimento nos Centros de Atenção Psicossocial-CAPEs/AD, nas Comunidades Terapêuticas, clínicas privadas de internação e nos hospitais públicos. Caberá ao Conselho, em associação com o meio acadêmico, realizar diagnóstico sobre a evolução das estatísticas de uso de drogas no Estado do Tocantins, como forma de monitorar a eficácia das políticas públicas adotadas sobre o tema, tendo em vista que as pesquisas de âmbito nacional, realizadas pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas, embora de destacada utilidade para as políticas de âmbito nacional, não deslindam especificidades das Unidades da Federação e tampouco são realizadas com a frequência necessária para o monitoramento continuado dos índices.

No âmbito estadual, a inscrição da dependência química como *doença de notificação obrigatória* é medida que permitirá a obtenção de dados estatísticos sem ônus à administração. A inserção, por profissionais de saúde da rede pública e privada, das notificações de dependência e uso eventual de drogas, pode ser feita com a preservação da identidade dos pacientes e permitirá que o poder público identifique as regiões geográficas com maior prevalência, destacando-as como focos principais das ações de prevenção e redução de danos, bem como da repressão ao tráfico. Esta medida também auxiliará a avaliação da eficiência de políticas implementadas pelo próprio Estado, na medida em que os índices gerados comporão série histórica disponível para

estudos acadêmicos e para o redesenho dos programas de governo.

Propostas complementares:

- Modernização eletrônica dos processos administrativos e investigativos em todas as delegacias de polícia e unidades administrativas.
- Implantação de sistemas integrados com apoio financeiro para os municípios implementar sistemas eletrônicos monitorados nas principais regiões das cidades “on-line”.
- Montagem de equipes e equipamentos de inteligência em todas as delegacias de grande porte do Estado
- Promoção de adequações e modernização do sistema prisional do Estado com atividades complementares de formação educacional e profissional utilizando um moderno sistema educação mediada por tecnologias digitais. Assim, os detentos presos terão oportunidades de cumprirem suas penas e aos mesmo tempo serem preparados para o retorno a vida social com maiores chances de sucesso à exemplo de outros Estados da federação.

Na área da Segurança Pública o objetivo do Governo Marlon Reis é modernizar o sistema de Segurança Pública das policias civis e militares nas delegacias, quartéis e viaturas, com a finalidade de agilizar a busca de informações, bem como promover a digitalização dos processos administrativos e investigativos. Modernizar o sistema prisional estadual, adequando às unidades de detenção as mais avanças tecnologias, hoje aplicadas no setor.

ÁREA: COMUNIDADES ESPECIAIS

O governo MARLON REIS implantará políticas públicas que valorize as tradições das comunidades Indígenas, Quilombola e Extrativista, respeitando a diversidade cultural e socioeconômica. Promoverá ações, em consonância com as entidades oficiais nacionais e Ministério Público, com o objeto de promover a melhoria da qualidade de vida e educacional de todos. Fornecerá “assistência técnica” para que possam produzir alimentos que possibilitem a melhoria da alimentação e que o excedente gere renda. Fornecerá apoio para o desenvolvimento das atividades culturais, artesanais e da exploração extrativista, a fim de possibilitar a emancipação financeira de cada aldeia, comunidade e núcleos de produção.

ÁREA: GESTÃO PÚBLICA

- Criação de um banco de currículo público de oportunidade onde o cidadão envia seu currículo via Portal da SECAD. Propor o fim das indicações políticas em *contratos temporários e cargos de comissão* – qualquer contrato serão efetivados em função da capacidade técnica e de acordo com a meritocracia através de editais públicos simplificados sob a coordenação e execução da secretaria da administração.
- Instituição de prêmios para os gestores municipais que se destacarem na adoção de boas práticas de gestão pública, com vantagens recebidas pelo Município.
- Criação do “*PORTAL DE GESTÃO DOS PROJETOS GOVERNAMENTAIS*” – para visualização dos resultados e cumprimento das metas. Funcionará como um grande painel “on line”

- Programa de requalificação profissional dos servidores técnicos administrativos e gestores através da realização de diversos cursos a serem promovidos pela UNIVERSIDADE DO SERVIDOR por intermédio da Secretaria da Administração do Estado.
- Realizar a nomeação do maior número possível de servidores de carreira para a ocupação dos cargos em comissão na futura administração.
- Escolha dos servidores de carreira para os principais cargos de chefia das unidades regionais dos órgãos do Estado. O objetivo maior é profissionalizar a gestão e colocar fim do sistema atrasado e clientelista de indicações políticas tradicionais. Para tanto, será desenvolvido e implementado um sistema de consulta “on-line” aos servidores efetivos que atuam nos Órgãos.
- Garantir os repasses do Tesouro Estadual e adequar a gestão financeira do IGEPREV visando eliminar os fatores de riscos do mercado. Garantir através de regulamentação em decreto que as aplicações do fundo sejam realizadas somente em bancos oficiais, tais como Caixa Econômica e Banco do Brasil. Ademais, serão realizadas eleições diretas para a presidência e diretorias do Instituto.
- De maneira democrática e racional, faremos oportunamente diversas reuniões junto com todas as categorias e representantes do servidor público apresentaremos uma proposta de pagamento das progressões e da data base, direito líquido e certo do servidor, dentro de um calendário adequado e compatível com nossa realidade financeira do Tesouro estadual. Vale registrar que os repasses junto aos bancos credores dos empréstimos consignados serão garantidos dentro das datas estabelecidas em contrato.

- Implantar sistema de acompanhamento da execução orçamentária por toda imprensa e aberto ao cidadão “on-line”,
- Implantar a Central de Registro de Preços editais públicos com todos os termos de referência e oportunidades de compras de serviços e produtos para todos os órgãos do Estado.
- Promover a modernização e simplificação do sistema de cadastramento das empresas e sistema de compras eletrônicas. Implantar novas metodologias de compras de acordo com a necessidade.

Em resumo, nesta área, o objetivo do Governo Marlon Reis, buscar o atendimento das diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal, buscando ter eficiência e transparência em todas as ações. Para que isto aconteça o Servidor Público, muito especialmente o concursado, recebera a atenção que merece, com ampla capacitação, gestão eficiente e fortalecimento do Igeprev e com pagamento em dia das progressões previstas. Na área de Compras, fortalecimento do sistema de “Registro de Preço”, com uma simplificação do sistema de cadastramento de empresas, visando a participação do maior número possível de empresas no certame.

FAZENDA

- Investimento em tecnologia, com aquisição de equipamentos para armazenamento e processamento de dados; investimento inicial de 15 milhões, mais investimentos contínuo com reforço nos recursos do FUNSEFAZ;
- Conclusão do novo sistema tributário (já em andamento e em fase final);

- Interligação do sistema contábil ao Sistema Tributário;
- Aquisição de ferramentas de Bussines Inteligence-BI, com contratação de uma consultoria específica para implantação do BI;
- Reestruturação da SEFAZ com a centralização da gestão tributária, flexibilizando as atividades com os recursos humanos atuais (projeto já realizado com a consultoria do CIAT);
- Criação de uma subsecretaria tributária, voltando a atenção a arrecadação e aos contribuintes;
- Modernização da fiscalização do trânsito, nos moldes da SEFAZ-GO, com a implantação do FIS - Fiscalização Inteligente Seletiva;
- Implantação de uma sala de controle de trânsito, integrando o FIS a inteligência fiscal;
- Realização de cursos de capacitação;
- Com os recursos tecnológicos, sistemas, ferramentas de BI e capacitação dos servidores, priorizar as atividades de monitoramento fiscal (auditoria em tempo integral);
- Realização de concurso público objetivando a reposição de recursos humanos - estamos há quase 25 anos sem concurso na área -, oxigenando a administração tributária. Serão de início 50 vagas, sendo 10 para a eaea de
- Padronização dos TARES concedidos por meio das leis de incentivo fiscal;
- Monitoramento dos TARES, em conformidade com as exigências TCE, com a criação de uma gerência específica.
- Monitoramento das empresas do Simples Nacional;

- ❑ Realização de um recadastramento de todas as empresas ativas;
- ❑ Implantação de um sistema de cobrança administrativa amigável, antes da execução fiscal;
- ❑ Interligar as ações da Delegacia Crimes contra Ordem Tributária e a inteligência fiscal;
- ❑ Revisão da legislação tributária, sem aumento de impostos, com a adaptação ao novo sistema;
- ❑ Redução das obrigações acessórias;
- ❑ Participação de todas as reuniões e encontros relacionados a modernização da administração tributária, grupos do ENCAT e CONFAZ.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO INDUSTRIAL E AGRÍCOLA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E TECNOLOGIA

- ❑ Através da AGÊNCIA DE FOMENTO ofertaremos linhas de crédito seguro e desburocratizado visando o fortalecimento da economia solidária, em pequenos empreendedores: Industriais, Comerciais e de Serviços
- ❑ Será implantado programa que terá como objetivo promover um amplo estudo sobre a atual política tributária do Estado do Tocantins e propor adequações necessárias visando promover a justiça fiscal. Será criado um *Conselho Especial* com a participação de representantes dos empresários, servidores públicos, sindicatos do fisco, OAB, Universidades, Parlamentares, Ministério Público, Defensoria pública, dentre outros.
- ❑ Promoveremos a redução da carga tributária e faremos a extinção do ICMS – complementar para empresas

enquadradas no SIMPLES. Visando adequação da Lei do SIMPLES NACIONAL chamada “Imposto Único” que proíbe os Estados de promover cobranças de impostos complementares.

- O PROCOM atuará como “MEDIADOR E ORIENTADOR” com o objetivo de promoções ações de treinamento, orientação e fiscalização das relações entre produtores, vendedores e consumidores. Revisaremos e reduziremos os elevados valores da tabela de multas aplicadas aos comerciantes. São valores astronômicos e irrealistas que afastam os investidores, dificulta o funcionamento e inibe a abertura de empresas, bem como a geração de novos empregos

- Criação de uma incubadora de STARTUPS, empresas com perfil inovador e diferenciado, com foco na inserção profissional dos mais jovens.

- Desenvolvimento de programas ESTRATÉGICOS E ESPECIAIS nas áreas chaves da economia, visando definir um conjunto ações de médio e longo prazo em diversas novas áreas estratégicas de investimento, atuação e apoio do Governo Estadual, tais como:
 - ENERGIA SOLAR
 - BIOFÁRMACOS NATURAIS E COSMÉTICOS
 - BIOCOMBÚSTÍVEIS – OLEOS VEGETAIS E ETANOL
 - PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NATURAIS E ORGÂNICOS
 - AGROINDÚSTRIA: LEITE, CARNE, COURO, SOJA E DERIVADOS

- Será implantada política com objetivo de promover aumento da produção com elevação da qualidade da atividade agropecuária, com aplicação dos princípios da proteção ambiental e da sustentabilidade. Assim, apoiaremos fortemente tanto a produção agropecuária de grande e médio portes como a agricultura familiar, inclusive

nas áreas de assentamentos rurais. Apoiaremos as atividades agropecuárias comerciais do agronegócio que são essenciais para o crescimento da economia do Estado. Faremos uma política agrícola adequada e sustentável visando atender todas as exigências da legislação ambiental em vigor, buscando o fortalecimento da indústria de transformação.

- Política de capacitação profissional da população em idade ativa em todos os municípios (em parceria com sistema “S” e Instituto Federal do Tocantins IFTO) – construção civil, agropecuária, comércio, moveis, metalurgia, eletrônica, automóveis, dentre outras.
- Cursos de curta duração em administração em pequenas empresas – (através da UNITINS e das parcerias com o sistema “S”
- Linha de financiamento via Agência de Fomento visando a atração e divulgação do turismo nas cidades e regiões estratégicas, tais como região do *Jalapão, Cantão*, dentre outras.
- Serão lançados editais públicos com recursos financeiros adequados e condicionantes de ações sustentáveis destinados às prefeituras municipais para fomento do turismo.
- Incentivaremos milhares de empreendimentos na área da ECONOMIA SOLIDÁRIA fortalecimento dos pequenos negócios através do MEI – microempreendedores individuais, em parceria com SEBRAE-TO, serão ofertados crédito, assistência técnica, pesquisas de viabilidade de mercados, treinamentos, ações de marketing e acompanhamento de gestão:

É objetivo do governo MARLON REIS criar um Conselho paritário publico x privado, intitulado “Conselho Estadual de Política Tributária”,

inicialmente para promover um amplo estudo da atual política tributária e propor as adequações necessárias e, em uma segunda etapa, fazer o acompanhamento e propor alterações necessárias para o desenvolvimento sustentável do Estado. Na área de crédito, implementar através da Agência de Fomento, Bancos Privados e Cooperativas de Crédito, recursos para impulsionar e fortalecer a economia solidária, e cooperar com o sistema “S” e com o SEBRAE na capacitação dos pequenos empreendedores. Implementar uma política de multas aplicadas pelos órgãos públicos, que não comprometa a estabilidade das pessoas jurídicas e a atividade da pessoa física, conjuntamente com planos de incentivo a instalação de empresas no Estado. Programar políticas públicas com o objetivo de promover a ampliação e diversificação agrícola e pecuária, especialmente da piscicultura nas propriedades familiares e comerciais, dentro dos parâmetros de sustentabilidade econômica e ambiental. Na busca de incentivos a exploração mineral ir atualizar o zoneamento mineral, estudo vital para a atração de investidores. O Governo MARLON REIS desenvolverá intensos contatos com as agências de fomento/bancos nacionais e internacionais, para viabilizar recursos para aplicação em projetos estruturantes e produtivos elaborados pelo governo.

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

O Governo MARLON REIS adotará uma política tributária através do “Conselho Estadual de Política Tributária”, uma legislação que transmita confiança e segurança jurídica ao investidor para que tenha interesse em instalar unidades industriais e mesmo agrícolas. A conclusão e aprovação/homologação do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE (descrito na área de Meio Ambiente), será uma peça importante para facilitar o contato com este potencial investidor. A participação do Estado em feiras e fóruns nacionais e internacionais será outro ponto a ser explorado pela administração MARLON REIS, com o objetivo de demonstrar a potencialidades do Tocantins.

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- Valorização do professor: este programa tem por objetivo melhorar as condições de trabalho dos profissionais da Educação. Estabelecimento de convênios e parcerias com universidades visando a modernização dos processos de ensino e aprendizagem – com forte política de capacitação dos docentes visando o uso de Tecnologia da Informação na sala de aula. Além melhorar a informatização dos processos administrativos e acadêmicos de todas as Escola.

- Promover o apoio ao esporte escolar com a realização de competições em todas as modalidades. Olimpíadas escolares anuais.

- Autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial para a UNITINS, com a convocação imediata de eleição direta para Reitor.

- Adoção de programas de aprendizes e estagiários, em articulação com a iniciativa privada e em cooperação com o CIEE e com o Sebrae.

- Implementação, em todas as escolas, em articulação com o Sebrae, do Programa Estadual da Educação Empreendedora.

- Instituição do Prêmio Estadual Jovem Cientista, em cooperação com as universidades e escolas públicas e privadas e com o empresariado.

- Programa “*ESCOLA-COMUNIDADE*” – tem por objetivo realizar a integração da comunidade com as escolas da rede estadual de ensino.

- Realização de eleições diretas para o cargo de diretor de todas as escolas estaduais

- Programa de combate às drogas, que terá por objetivo alertar e orientar nossos jovens dos perigos e dos efeitos das drogas.

- Aumento da qualidade da merenda oferecida nas escolas – sob a condução da SEDUC-TO em articulação com outras secretarias.

O objetivo do Governo MARLON REIS na área de educação é o de, em primeiro lugar, implantar uma política de capacitação continuada dos docentes, inclusive para fortalecimento do uso da “Tecnologia da Informação” em sala de aula. Implantar eleições internas para definição do quadro administrativo das escolas estaduais. Promover a modernização das estruturas, mobiliários e equipamentos escolares, com o intuito de propiciar uma melhor satisfação do quadro administrativo, dos docentes e dos alunos.

ÁREA: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

- Criação de uma CENTRAL DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA INFRAESTRUTURA – em parceria com a ATM com apoio técnico operacional de servidores públicos federais da UFT e IFTO.

- Promover a recuperação da malha rodoviária já implantada e montagem, sob a coordenação do Dertins e estruturação de unidades móveis regionais equipados com pessoal e máquinas especiais para operações de “tapa-buracos”, em especial nos períodos de chuvas.

- Apoiaremos na implantação dos pátios multimodais da Ferrovia Norte Sul em Porto Nacional, o porto seco de cargas de Palmas e o porto de Praia Norte

- Apoio financeiro e de gestão para os projetos de Irrigação SÃO JOÃO, SAMPAIO, RIO FORMOSO e MANUEL ALVES
- Realizar estudos visando a Implantação da 1ª etapa do Projeto PRODOESTE, na região de Pium, para a sistematização, obras e ações complementares de 26.000 hectares de várzeas.

Na área de Infraestrutura e Logística o Governo Marlon Reis, aplicara recursos para ampliação, modernização e recuperação das estradas do Estado, bem como apoiar a estruturação dos pátios multimodais da Ferrovia Norte Sul e o Porto seco de Palmas, bem como buscar junto ao Governos Federal projetos para estruturar a hidrovia Araguaia/Tocantins, em especial o Porto de Praia Norte, com o objetivo de facilitar a entrada de matéria prima/insumos e exportar a produção industrial e agrícola. Na área rural, implementar ações para exploração comercial total dos Projetos Hidro agrícolas já implantados no Estado, bem como buscar recursos para ampliação da área irrigada no Tocantins, especialmente das várzeas do Araguaia.

ÁREA: INFÂNCIA E JUVENTUDE

As ideias programáticas abaixo incluem o acolhimento de ideias integrantes do documento “Frente Pela Juventude - Pensando o Tocantins”, elaborado pelo Fórum Nacional de Gestores Municipais de Juventude e pelo CONJUVE:

- Institucionalizar a Política Estadual de Juventude por meio do Poder Executivo e do Poder Legislativo, garantindo a adesão e a efetivação do Sistema Nacional de Juventude, a criação do Fundo Estadual de Juventude, a aprovação do Plano Estadual de Juventude na Assembleia Legislativa e a criação de

órgão de representação da Política Estadual de Juventude com orçamento próprio.

- **Criar Comissões de Juventude nas Assembleias Legislativas Estaduais, aprovar a inclusão da juventude na Constituições Estadual, elaborar e aprovar Planos Estaduais de Juventude, criar e fortalecer órgãos especializados de gestão, participação e controle social, e articular as políticas públicas de juventude, com orçamento próprio (Orçamento da Juventude) e a garantia de inserção intersetorial e transversal nas decisões do governo.**
- **Assegurar a aplicabilidade e a efetivação do Estatuto de Juventude - Lei 12.852/2013.**
- **Fortalecer a continuidade dos programas e projetos existentes que atendam ao público jovem, assumindo o compromisso com a participação da juventude nessas iniciativas.**
- **Criação através de um projeto de Lei do Conselho Estadual da Juventude, deliberativo vinculado ao órgão de representação da política de juventude.**
- **Efetivação do Decreto do Comitê Intersectorial da política estadual de juventude.**
- **Diagnóstico da Política de Juventude no Estado do Tocantins.**

- **Municipalização da política de juventude.**
- **Criação do Fórum Estadual de Gestores Municipais de Juventude no Estado do Tocantins.**
- **Regionalizar a política de Juventude**
- **Convocação da 4ª Conferência Estadual da Juventude.**
- **Implementar o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.**
- **Implementar o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo.**
- **Implantar a rede da primeira infância com programas voltados para a criança de 0 a 3 anos.**
- **Fortalecer a Escola de Conselhos e garantir a formação e capacitação dos Conselheiros de Direitos e Tutelares.**
- **Garantir nas escolas de tempo integral equipes multiprofissionais, visando o atendimento e acompanhamento de crianças e adolescentes de acordo com suas especificidades.**
- **Garantir o cofinanciamento da assistência social.**
- **Garantir o fortalecimento financeiro das organizações da Sociedade Civil por meio do Fundo Estadual da criança e do adolescente.**
- **Efetivar a prioridade absoluta na execução orçamentária, implementando recursos financeiros para o fundo da infância e adolescência com o qual se**

possa criar um planejamento de promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescente.

- Implantar o SIPIA (Sistema de Informação para a Infância e Adolescência) no Estado do To.
- Ampliar e articular políticas, programas, ações e serviços para a prevenção e o enfrentamento do uso e abuso de álcool e outras drogas.

ÁREA: MEIO AMBIENTE

Inovar é uma diretriz para o governo Marlon Reis.

O desafio é governar o Estado mais jovem do Brasil, a maior fronteira agrícola da América e do Mundo, que ainda está em expansão, e que precisa ser governado **dentro de um esforço de conservar e promover a economia de baixo carbono.**

Um Estado localizado na região geográfica da Amazônia Legal, com seu território ocupado pelos principais Biomas brasileiros, Amazônico e o Cerrado, que contém ecótonos de extremo valor socioambiental, que abriga pessoas de origens diferentes do Brasil, “casa” de diferentes populações tradicionais e de espécies de alto valor de conservação.

...“O que virá dependerá do que formos capazes de criar e produzir, de inventar e distribuir, a partir deste encontro de sonhos e épocas, de gerações e destinos. Não temos respostas prontas, mas temos certeza de que este é o caminho que queremos percorrer para construir respostas às indagações do presente e do futuro...”

A gestão pública será eixo do programa ambiental. Através de uma gestão pública austera, transparente, educativa e propositiva irá com certeza fortalecer a Governança e poderá garantir segurança jurídica e administrativa dos órgãos responsáveis pelos recursos naturais do Tocantins.

Propomos na agenda ambiental criar um programa audacioso para desenvolver uma economia sustentável, principalmente no setor agropecuário, haja vista a vocação do estado para este setor. Dentro de uma estratégia de redução do desmatamento e da degradação florestal, com a implantação de um mecanismo de repartição de benefícios financeiros ou não, gerando ganhos econômicos, sociais e ambientais. Esse programa dará segurança institucional aos setores produtivos e subsidiará programas de economia de baixo carbono, beneficiando também a agricultura familiar, comunidades tradicionais, considerando sempre as salvaguardas socioambientais. Além disso esse programa poderá ser incluído em um regime nacional de reduções de emissões de carbono, alinhados com as políticas do governo federal, com grande capacidade de gerar

créditos financeiros que podem ser negociados com fundos multi ou bilaterais, compradores de *compliance* ou compromissos voluntários do setor produtivo, gerando ativos financeiros que darão sustentabilidade financeira aos diversos projetos de conservação e desenvolvimento social e econômico do estado, com destaque para os projetos de apoio a regularização ambiental da agricultura familiar, restauração de pastagens e áreas degradadas e recuperação de nascentes.

Inovar é dialogar com setor do agronegócio. O CAR já traz dados importantes para o Governo dialogar com setor do agronegócio, e o papel de colaborador será reforçado, principalmente quando se observa o último relatório de fevereiro de 2018 do Serviço Florestal Brasileiro, que aponta que 35% das propriedades já cadastradas no CAR, pediram adesão ao PRAD, Programa de Regularização ambiental, ou seja, um terço das propriedades rurais do Tocantins precisam de apoio financeiro e técnico para regularizar suas áreas, isto representa 27% do território já cadastrado.

As áreas de preservação permanente e de reserva legal degradadas e que precisam ser restauradas é uma demanda presente e atual em praticamente metade das propriedades cadastradas. Estes dados apontam urgência na articulação do governo com o setor produtivo, a proposta é dialogar intensamente com as soluções para estes passivos. Os benefícios, monetários ou não, gerados pelos serviços ambientais de áreas naturais conservadas pelo produtor rural serão melhor explorados como fonte de alternativas econômicas.

Diretrizes Programáticas da Rede Sustentabilidade que são base no programa ambiental.

- Soberania e independência: Atuar nas agendas globais, para inserir o Tocantins na agenda global de mudanças climáticas, de gestão da biodiversidade, fortalecer a identidade local frente aos desafios globais e nacionais;
- Sustentabilidade ambiental dentro do processo de desenvolvimento: A biodiversidade e os recursos hídricos são importantes ativos é um ativo na proposta de desenvolvimento do Tocantins. Não “travar” o desenvolvimento, mas orientar a sociedade para uso racional dos recursos naturais e governar para garantir direitos e o patrimônio natural;
- Melhorar nos Indicadores de violência, desigualdade e pobreza: Gerar renda e trabalho digno a partir dos recursos naturais. Facilitar o manejo florestal comunitário; simplificar os procedimentos de uso do cerrado dentro das técnicas de manejo florestal; resolver conflitos fundiários; promover pequenos negócios rurais;

Problemas macros que enfrentamos na agenda ambiental do Tocantins e do Brasil,

- Modelo econômico privilegia alguns setores em detrimento a aplicação de recursos em áreas essenciais ao desenvolvimento do País e ao bem-estar da sociedade;
- Enorme desgaste e ao descrédito da política;
- Não se consegue transformar em estratégia de desenvolvimento nossa privilegiada condição de detentor de um patrimônio ambiental único;
- A exploração dos recursos naturais segue sendo predatória, com baixa agregação de valor e uso intensivo de agrotóxicos. Esta é uma realidade que não diz apenas de questões ambientais.

Nossas vantagens.

Segundo manifesto da REDE no Congresso nacional de 2018 estão presentes na agenda programática ambiental para um novo governo no Tocantins:

...“A diversidade étnico-cultural de nosso povo, o domínio sobre parte considerável da biodiversidade e da água doce do planeta, ser um espaço de inovação no sistema político brasileiro, de mobilização para alimentar uma nova cultura política que ajude a superar as formas estagnadas de realização do fazer político, onde hoje prevalece a destruição ou assimilação em lugar da troca, um território de extensão continental com uma rica variedade de biomas cujo papel é fundamental no equilíbrio climático e no desenvolvimento científico, tecnológico e econômico de nosso país e do mundo, grande auxílio das novas tecnologias de informação e comunicação, precisamos usá-las intensivamente em favor de ideias e da aglutinação de uma força política transformadora, criativa, empreendedora e radicalmente democrática”.

Segundo dados do SIG CAR o Tocantins já tem cadastrado no Estado 16.942.343,19 há, uma área bem maior do que os 14 milhões de há que se estimava ter para mapeamento com base no Censo Agropecuário 2006 (IBGE) isto deverá ser tratado como prioridade para uma segurança jurídica no campo, são mais de 252 mil há sobrepostos com Terras indígenas, isto representa 164 propriedades, são 187 mil há em 91 propriedades com sobreposição com Unidade de Conservação e mais 1,4 milhões de há sobrepostos com áreas embargadas são cerca 1,4 mil propriedades rurais. Um universo real e já mapeado.

Como critério de sustentabilidade para garantir a manutenção da biodiversidade proporemos manter uma boa relação de áreas naturais e áreas de produção dentro dos limites da propriedade, e desta forma juntamente com as áreas protegidas do Estado, comporão o patrimônio natural que deverá ser conservado, para manter o equilíbrio entre produção e preservação.

Segundo a Embrapa, 24,5% do território do MATOPIBA já está protegido por legislação de proteção de áreas e pela presença de populações tradicionais nos territórios pertinentes a esta parte de nossa sociedade.

Um compromisso deste Governo na agenda ambiental é aumentar esta área protegida no MATOPIBA para 32%, aumentando onde for passível a área de produção equilibrando a conservação principalmente incorporando as demandas prioritárias das populações tradicionais de forma que elas possam ser inseridas nas relações de mercado, respeitando seus ideais e interesses particulares sobre como fazem o uso dos recursos naturais que lhes pertencem.

Diversidade social e econômica que faz o Tocantins especial, e que é reconhecida fortemente como uma virtude para implantação de uma agenda colaborativa entre Estado e setor produtivo.

Como o programa ambiental será implantado

O programa ambiental terá uma liderança que será responsável por fazer esta integração com as instituições citadas acima, esta liderança será nomeada pelo governador, e terá autonomia para atuar diretamente as autarquias Estaduais e parceiras na elaboração das agendas e definição das prioridades.

É essencial fortalecer os escritórios no interior do Estado, escritórios da Naturatins, Intertins, Adapec e Ruraltins. Precisamos aproximar o Governo do Estado da natureza e das pessoas que demandam informação para trabalharem e produzirem. Há uma

demanda grande de pessoas no interior para regularização ambiental, principalmente pessoas com pouca condição financeira de acesso a regularização ambiental. É compromisso desta agenda ambiental priorizar o atendimento no interior para pessoas de baixa renda.

O programa ambiental vai utilizar para organizar a atuação no Tocantins, utilizando como base o **Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Tocantins** plano Estadual de Combate ao Desmatamento o Tocantins, em implantação desde 2013. O Estado foi organizado em três regiões produtivas, e que são os macros regiões do programa ambiental:

- (i) uma região de pecuária exercida por agricultores familiares em assentamentos, no bioma amazônico no Bico do Papagaio;
- (ii) uma região no Noroeste do Estado, no bioma amazônico, ocupada pela pecuária de corte exercida por agricultores familiares e agricultores de médio e grande porte com técnicas e práticas intensivas e modernas;
- (iii) a região central ao longo da BR 153 e no sudoeste do Estado

As duas regiões no Norte do Estado encontram-se já altamente alteradas e com grande passivo ambiental. A região central, ao longo da BR 153 é caracterizada por taxas de alteração mais moderadas. O desmatamento atual ocorre nas beiras dessas regiões; na região central por causa de um processo de substituição da pecuária extensiva por uma pecuária mais intensiva e pela agricultura modernizada; no extremo leste e nordeste do Estado sob pressão das frentes de soja na Bahia e no Maranhão.

Ao longo da rodovia BR 010 e da TO 050; e no sudeste e nordeste do Estado para a produção de carvão vegetal. Nos últimos anos, houve um aumento significativo no número de queimadas. Os dados demonstram que 30 municípios, nas áreas de frentes novas e na região central ao longo da BR 153, são responsáveis por praticamente 60 % dos focos de calor.

É compromisso na agenda do programa ambiental recursos para implantar as ações. Uma ação que será realizada é a gestão transparente dos diversos Fundos nos quais o governo estadual tem governança serão auditados e os recursos garantidos para a agenda ambiental serão organizados e disponibilizados para os gestores poderem trabalhar.

A inserção do Tocantins na agenda **Amazônica e** global, é importante para o programa ambiental, um bom trabalho executado nos fóruns globais, nas mesas redondas, permite a captação e recursos para governança da agenda ambiental. Temos que participar da agenda global de mudança climática. Temos que debater a redução das emissões de carbono.

Uma interface política importante com o setor produtivo é a oportunidade inovadora nesta forma de governar o estado. Só haverá resultados a curto prazo, para economia e para a biodiversidade, se houver alinhamento com setor produtivo. Temos que nos alinhar com o jovem setor produtivo tocantinense, para que mesmo com diferenças de opiniões sobre alguns temas, possamos na agenda ambiental e produtiva alinhar-nos para uma proposta de agronegócio sustentável.

A agenda ambiental, precisará de um pequeno grupo técnico altamente especializado, preparado para assessorar o Estado nas relações sobre mudanças climáticas. Serão

realizadas avaliações de aptidão e habilidades dos profissionais públicos, contratados e comissionados, dentro do Naturatins, **Semarh, Seplan, Seagro, Seden, Seagro**, Intertins, Ruraltins e **Unitins**, para compor as equipes técnicas especializadas com profissionais aptos para as funções. Valorizar o capital humano.

As equipes de pessoas que atuam na governança ambiental do Tocantins, serão respeitadas, seus direitos serão exercidos, as condições de trabalho serão tratadas em conjunto com os representantes dos diferentes setores para sempre garantir o melhor para todos funcionários públicos. Oferecer bons equipamentos e um bom ambiente para o trabalho e a gestão pública. A má conduta será combatida. Não haverá tolerância para corrupção.

Nossa proposta também é **implantar uma gestão moderna, eficiente e transparente com um sistema de inteligência ambiental, implantação de plataforma automatizada de gestão de processos, controle e monitoramento contínuo dos recursos florestais, visando o combate ao desmatamento legal, a gestão das águas e a informatização e integração dos processos de licenciamento ambiental** informatizar os procedimentos de autorização e licenciamento ambiental, digitalizando processos e promovendo uma integração entre Autarquias Estaduais para com os procedimentos de licenciamento ambiental. O capital humano à frente da agenda ambiental e rural do estado será outra prioridade, investir na capacitação e na melhoria das condições de trabalho dos técnicos e profissionais públicos, trarão resultados à curto prazo e aumentarão a segurança administrativa.

E os maiores beneficiários serão cidadão e os empresários do Tocantins.

Estas duas ações irão em poucos meses aumentar a segurança jurídica para o setor produtivo, para tanto será fundamental a implantação do CAR, esta ferramenta será a base de planejamento e para que os sistemas possam ser integrados entre Secretarias, iremos trabalhar imediatamente para implantar as exigências do Código Florestal para regulamentação dos ativos ambientais, dos serviços ambientais, mecanismos de compensação. Reforçando ainda mais a segurança jurídica para o agronegócio.

O desafio do agronegócio dentro da agenda “verde” no qual o Governo irá colaborar é que as fazendas do Estado deverão adotar princípios de planejamento em escala de paisagem, de forma que possam produzir economicamente e conservar ao mesmo tempo a biodiversidade rural. O produtor rural pode contabilizar os impactos das boas práticas agrícolas não somente nos limites da sua propriedade, mas também dentro da paisagem em que estão inseridas, gerando assim muito mais impacto na agenda de mitigação e adaptação aos efeitos severos das mudanças climáticas.

Para isto será importante que sistemas de organização social do agronegócio possam mobilizar atores públicos e privados para adoção de projetos em áreas naturais, o Governo terá forte papel colaborativo neste processo

Uma agenda ambiental inovadora para Tocantins precisa de gestores que tenham um olhar para paisagem e para os povos tradicionais do Tocantins, precisamos de gestores capazes de tomarem decisões com base nos marcos legais, mas também na capacidade de suporte do ambiente e na realidade social local.

Fazendo isto de forma colaborativa e técnica, definindo prioridades, reduzindo processos burocráticos. Uma agenda ambiental que integre e que envolva as instituições responsáveis pela agenda ambiental do Estado, como Naturatins, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Intertins, Ruraltins, ADAPEC, Policia Ambiental, Secretaria da Agricultura, Delegacia do Meio Ambiente, Defesa Civil Corpo de Bombeiros.

Interagindo com as agendas das instituições Federais de apoio como Ministério do Meio Ambiente, Marinha do Brasil, Polícia Federal, Polícia Federal Rodoviária, Ibama, ICMBio, Serviço Florestal Brasileiro, Agência Nacional de Águas, ANEL, IPHAN e FUNAI.

As populações tradicionais, pescadores e pequenos produtores rurais, terão atendimento diferenciado dentro das autarquias, pois são pessoas que menos tem acesso a internet e, portanto, tem pouco acesso a informação. Balcões preferenciais serão criados dentro da Naturatins, Intertins e Ruraltins para este público.

Também vamos priorizar trabalhar numa política de gestão da água no Estado como foco rural, também iremos trabalhar para combater o fogo e proteger assim o patrimônio natural. Vamos combater os crimes ambientais e executar multas ambientais, a impunidade ambiental enfraquece a segurança jurídica. O desmatamento ilegal, extração ilegal de minerais, destruição e nascentes, espécies invasoras, pragas e doenças agropecuárias, caça, comércio ilegal de fauna, venda de agroquímicos falsificados serão metas principais da fiscalização ambiental no Estado.

Os crimes contra os animais domésticos e silvestres, desmatamento ilegal, queimadas não autorizadas, poluição hídrica e de outras natureza, serão amplamente combatidos com o fortalecimento do Naturatins, do Batalhão Ambiental da Polícia Ambiental e da Segurança Pública através das Delegacias de Meio Ambiente que serão criadas nas principais regiões do estado A caça ilegal, o comércio ilegal de animais silvestres, de produtos florestais e minerais será combatida com apoio direto da Secretaria de Segurança Pública, uma delegacia especializada de combate a crimes ambientais será criada, com o propósito de combater estes crimes ambientais.

Instituir a Política Estadual

As estratégias do programa Ambiental para Governo do Tocantins são:

1. Acompanhar a atividade agropecuária e a intensificação da produção e reduzir as taxas de conversão e reduzir o uso do fogo como instrumento para o manejo dos pastos;
2. Tocantins reconhece sua vocação para produção, reconhece seu patrimônio natural e cultural como valores que sustentam o Estado. Agronegócio sustentável é uma das prioridades de Governo.
3. Fortalecer a Governança para garantir segurança jurídica e administrativa é essencial. Fazendo isto de forma colaborativa e técnica, definindo prioridades e reduzindo processos burocráticos.
4. Usar de forma intensa na gestão pública o Zoneamento Ecológico Econômico, e a tecnologia geo espacial;
5. Integrar a agenda de regularização ambiental, produtiva e fundiária e trabalhar normativas e procedimentos administrativos com base em informações para sermos mais eficientes e transparentes;
6. **Instituir a política estadual de proteção e conservação da vegetação nativa, o programa de regularização ambiental, a exploração florestal, o uso alternativo do solo, a prevenção e controle de incêndios florestais, o controle do desmatamento, o programa de apoio e incentivo à preservação e recuperação do meio ambiente do Tocantins, de acordo com os princípios e objetivos do Código Florestal Brasileiro.**

Abaixo estão listadas as propostas de governo para uma agenda ambiental:

Proposta 1. Implantar e executar um plano estadual de prevenção e controle do desmatamento

Metas 4 anos:

- Aumentar em 30% as áreas protegidas no estado;
- Reduzir as taxas de desmatamento e **as queimadas irregulares** o uso do fogo no Estado do Tocantins, por meio de um conjunto de ações integradas de monitoramento, gestão territorial e da paisagem, gestão florestal, fomento a alternativas produtivas

Proposta 2. **Apoiar os municípios na implementação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos**

Meta 4 anos:

- Atingir 35% dos municípios do estado em 4 anos;

Proposta 3. **Criar o sistema de inteligência ambiental, através da implantação de plataforma automatizada de gestão de processos, controle e monitoramento contínuo dos recursos florestais, visando o combate ao desmatamento legal, a gestão das águas e a informatização e integração dos processos de licenciamento ambiental**

Metas em 4 anos:

- Fortalecer as equipes das autarquias que analisam, aprovam e monitoram os procedimentos de licenciamento e licenciamento;
- Promover transparência
- Atender bem a sociedade, informando-a e orientando-a, de forma mais ágil e orientada por sistemas

Proposta 4. Investir na capacitação e na melhoria das condições de trabalho dos técnicos e profissionais públicos.

Meta 4 anos:

- Construir está agenda em conjunto com os capacitados, atingir 100% da equipe que atua na agenda ambiental;

Proposta 5. Implantar as exigências do Código Florestal para regulamentação dos ativos ambientais, dos serviços ambientais, mecanismos de compensação.

Metas 4 anos:

- Reduzir 30% dos passivos fundiários do Estado em 4 anos
- Estimular mecanismos financeiros para gestão de ativos ambientais e para o PRAD, Programa de Regularização ambiental;
- Fortalecer a gestão do ICMS Ecológico no estado, como um dos principais mecanismos de compensação financeira voltado aos municípios;**

- Simplificar os procedimentos de autorização de uso sustentável das florestas-estimar o manejo florestal;
- Fortalecer as equipes de fiscalização e controle
- Instituir a lei de mudança do clima e incentivo a serviços ambientais do estado do Tocantins

Proposta 6. Trabalhar numa política de gestão da água

Fortalecer a política de gestão dos recursos hídricos do Tocantins

Metas em 4 anos:

- Ampliar em 30% a rede de monitoramento da qualidade e quantidade dos recursos hídricos do estado, através de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e com convênios com a ANA;
- Fortalecer a atuação dos comitês de bacias hidrográficas existentes e apoiar a constituição de novos comitês nas diversas regiões;
- Implementar o Plano Estadual de Recursos Hídricos fortalecendo a implementação dos instrumentos
- Implementar a recuperação de 400 nascentes nas diversas bacias hidrográficas do estado
- Apoiar a realização do Fórum das Águas no Estado

Proposta 7. Combater os crimes ambientais:

Metas para 4 anos:

- Fiscalizar e reduzir a destruição de nascentes;
- Combater as espécies invasoras;
- Monitorar em parceria com iniciativa privada e instituições de pesquisa as pragas e doenças agropecuárias;
- Combater a caça, o comércio ilegal de fauna, a venda de agroquímicos falsificados

Proposta 8. Participar ativamente das agendas nacionais e internacionais de meio ambiente

Metas para 4 anos:

- Participar e contribuir ativamente com o desenvolvimento dos principais Fóruns da Amazônia e do Cerrado, principalmente no contexto da agenda do Clima e Florestas, voltadas a redução de emissões de gases de efeito estufa e de incentivos a serviços ambientais nas suas mais diversas formas: carbono florestal nas vertentes de redução de emissões por desmatamento evitado (REDD+), recursos hídricos, regulação do clima, salvaguardas sociais e outros.
- Aumentar e apoderar o controle do Estado sobre o patrimônio natural, base da produção do agronegócio força da economia do Estado, isto vai estimular investimentos no Estado e dar segurança para os empresários.
- Trabalhar para que possamos participar ativamente da agenda global e nacional climática, de forma a reconhecer o Tocantins como força do agronegócio e

também força na conservação da natureza e ações de amenização dos efeitos negativos do aquecimento global, captando e orientando recursos para investimento no estado;

- Criar um grupo técnico especial e apodera-lo para governar e gerenciar o planejamento, a construção e operação das grandes obras do Estado;
- Agronegócio sustentável é uma das prioridades de Governo. E para tanto fortalecer a Governança para garantir segurança jurídica e administrativa é essencial. Fazendo isto de forma colaborativa e técnica, definindo prioridades e reduzindo processos burocráticos.

Propostas complementares:

- Criar um Programa Estadual de REDD+ (Redução das Emissões oriundas do Desmatamento e Degradação Florestal) que será o maior programa de estado capaz de obter recursos financeiros nacionais e internacionais, por meio da conservação dos recursos naturais, para apoiar a economia de baixo carbono, voltada principalmente para o aumento da eficiência da produção agropecuária e florestal, aliada a redução do desmatamento e a restauração dos passivos ambientais e a repartição de benefícios voltados ao público da agricultura familiar e populações indígenas e quilombolas.
- Reduzir o desmatamento ilegal a zero até 2022, baseado na implantação de um Programa de Prevenção e Controle, através de uma plataforma automatizada desenvolvida para garantir o monitoramento contínuo dos recursos florestais, visando combate ao desmatamento ilegal, utilizando o monitoramento por imagens de satélites de alta precisão, criando um sistema de alerta de desmatamento, que irá subsidiar as ações de Controle e Fiscalização;
- Implementar políticas e programas voltadas ao combate as queimadas, através do fortalecimento das parcerias com os municípios para realização de ações educativas e contratação de brigadas;
- Apoiar o fortalecimento dos 06 Comitês de Bacias Hidrográficas existentes e fomentar a estruturação de outros distribuídos em todo o estado;
- Ampliar projetos e programas estruturantes voltados a restauração florestal e conservação dos recursos hídricos, como: Recuperação de Nascentes, Construção de Barraginhas, Monitoramento da Quantidade e Qualidade das Bacias Hidrográficas;
- Apoiar a consolidação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos nos municípios do Tocantins, através da estruturação dos Consórcios Municipais e Regionais, buscando parcerias e recursos financeiros junto ao Governo Federal, instituições financeiras e com a iniciativa privada, para eliminação dos lixões e outros problemas relacionados a má gestão dos resíduos sólidos;
- Criar o Programa Municípios Verdes, para apoio ao fortalecimento da agenda ambiental municipal;

- Consolidar o Cadastro Ambiental Rural e apoiar os pequenos produtores rurais para a restauração dos passivos ambientais e a conservação das áreas de remanescente vegetal nativo;
- Fortalecer o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, bem como a implementação dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos;
- Implementar um sistema de gestão que permitirá ao estado e a sociedade tocantinense continuar conservando e produzindo, nas mais diversas áreas relacionadas ao meio ambiente , Incentivos à Geração de Ativos Ambientais, Eficiência Energética, Energias Renováveis e Serviços Ambientais;
- Consolidar e fortalecer a gestão das Unidades de Conservação Estaduais através de parcerias com os governos, iniciativa privada, sociedade civil organizada e outros;
- Fortalecer a Educação Ambiental através de ações transversais alinhadas com a Agenda 2030 da ONU.
- Transformar o Tocantins no maior produtor de energia fotovoltaica do país, através do fomento as políticas de incentivos fiscais, linhas de crédito, pacotes tecnológicos de micro e macro geração e uso de energia solar nas diversas regiões do estado. Propiciar um ambiente com segurança institucional e jurídica para atração de grandes investidores do setor.

- **“LIXO ARMAZENADO”**: Programa com o objetivo a implantação dos aterros sanitários em municípios polos do Tocantins, com a busca de recursos externos.

- **“NASCENTES PRESERVADAS”**: Plano de proteção dos mananciais que abastecem as cidades – Política indutora de pagamento dos serviços prestados de acordo com os resultados.

- Programa de recomposição e expansão das áreas de floresta por meio de uma política de incentivos de acordo com os resultados.

- Programa de monitoramento do zoneamento agroambiental do Estado.

- Programa **“PEIXES DO TOCANTINS”**, com o objetivo de fazer o uso sustentável dos lagos e reservatórios – parceria com a Embrapa Aquicultura com sede em Tocantins na

implantação de polos de produção de peixes em todos os reservatórios do Estado.

- Fortalecimento do apoio à implantação do Programa ABC – Agricultura de Baixo Carbono do Governo Federal, através de projetos de ILPF, visando a recuperação de áreas degradadas com o conseqüente aumento da produção de alimentos e de suporte para o rebanho nas propriedades.

É objetivo do Governo Marlon Reis, implementar ações para solucionar dois problemas cruciais no Tocantins: aterros sanitários e rede de esgoto nas áreas urbanas. Na busca da recuperação de áreas degradadas, produção de alimentos, aumento do suporte produtivo das propriedades rurais e conseqüentemente aumento da renda do produtor, o governo apoiara a ampliação do Programa do Governo Federal ABC – Agricultura de Baixo Carbono, através de projetos de ILPF.

Turismo no Tocantins

- Promover o inventário dos municípios tocantinenses que estão fora do Mapa Brasileiro do Turismo;
- Estabelecer cooperação com as prefeituras municipais para levantamento de informações sobre os atrativos naturais e atrativos construídos, que poderão compor como estrutura de atendimento e visitaçã de turistas nos municípios;
- Estabelecer cooperação com as prefeituras municipais e associações empresariais, para levantar a relação de empresas com potencial de atender aos visitantes nos municípios, tais como: lanchonetes, bares, restaurantes, pousadas, hotéis, serviços de taxi, locaçã de vans, casa de shows, transportes coletivos e similares;
- Realizar a elaboraçã dos diagnósticos do turismo dos municípios que não estão contemplados com a categorizaçã no Mapa Brasileiro do Turismo, visando

apoiar na adequação de estruturas de atendimento aos turistas;

- Apoiar os municípios com potencial de atratividade, no planejamento e organização do turismo, visando o reconhecimento do Ministério do Turismo e inserção no Mapa Brasileiro do Turismo.
- Apoiar as ações de desenvolvimento do turismo nos municípios tocantinenses pertencentes às regiões turísticas reconhecidas pelo Ministério do Turismo e pertencentes ao Mapa Brasileiro do Turismo (Bico do Papagaio: Ananás, Itaguatins, Praia Norte, Araguatins, São Sebastião do Tocantins, Sampaio e Tocantinópolis. Encantos do Jalapão: Mateiros, São Felix, Novo Acordo e Ponte Alta do Tocantins. Ilha do Bananal: Gurupi, Peixe, Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão. Lagos e Praias do Cantão: Pium, Araguacema e Caseara. Serras e Lago: Brejinho de Nazaré, Palmas, Porto Nacional, Paraíso, Lajeado e Monte do Carmo. Serras Gerais: Almas, Arraias, Aurora do Tocantins, Dianópolis, Natividade, Paranã, Rio da Conceição e Taguatinga. Vale dos Grandes Rios: Araguaína, Araguanã, Filadelfia, Guaraí, Itacajá, Pau D'Arco Pedro Afonso e Xambioá).
- Priorizar atendimento das demandas de serviços públicos, nos municípios tocantinenses de interesse turístico, que estão inseridos no Mapa Brasileiro do Turismo, em conformidade com o Ministério do Turismo;
- Promover o acesso a mercados emissores, incentivando a divulgação dos municípios tocantinenses que estão inseridos no Mapa Brasileiro do Turismo;
- Fazer gestão junto ao Ministério do Turismo, na busca de recursos para estruturação e promoção do turismo, nos municípios tocantinenses de regiões pertencentes ao Mapa Brasileiro do Turismo.

- Estabelecer parcerias com Sistema “S” para capacitar gestores e colaboradores das empresas que atendem aos turistas no Estado do Tocantins;
- Formalizar parceria com SENAC para capacitar profissionais na qualificação do atendimento em funções tais como: garçons, camareiras, barman, recepcionistas, cozinheiros, condutores de turistas, agentes de viagens e demais funções que demandam capacitação nos municípios com vocação turística;
- Formalizar parceria com SEBRAE para capacitar gestores públicos e da iniciativa privada com foco nas demandas dos órgãos municipais de turismo e das administrações de empresas que prestam serviços diretos e indiretos aos turistas;
- Formalizar parceria com SENAR para capacitar produtores rurais, que possuem propriedades com características de atratividades turísticas, visando à implantação do turismo rural e ecoturismo em municípios com potencial para prática dessas atividades turísticas.
- Fortalecer o Turismo de Eventos e Negócios através da promoção e captação de eventos de médios e grandes portes para Palmas, Araguaína, Gurupi, Paraíso e Porto Nacional;
- Promover o fortalecimento da Cadeia Produtiva do Turismo em Palmas através do apoio ao pleno funcionamento do “Palmas Convention & Visitors Bureau” como estrutura de captação de eventos para o Estado do Tocantins;
- Apoiar a realização dos eventos que fazem parte do Calendário Turístico dos municípios tocantinenses;
- Elaborar e implementar Plano de Marketing Turístico do Estado do Tocantins promovendo as regiões e os municípios tocantinenses pertencentes ao Mapa Brasileiro do Turismo;

- Apoiar a gastronomia e o artesanato tocantinense como instrumentos de marketing cultural e turístico dos municípios tocantinenses;
- Prospectar parcerias na iniciativa privada para ampliação das operações dos aeroportos de Gurupi, Araguaína e Palmas;
- Incentivar eventos com prática de esportes náuticos em lagos e rios tocantinenses, como suporte para o fortalecimento da cadeia produtiva do turismo náutico e de lazer;
- Incentivar a prática do turismo religioso, potencializando o fortalecimento do comércio e prestação de serviços nos municípios que têm tradição na realização de festejos religiosos.
- Desenvolver parcerias para recuperação de rodovias nos acessos aos municípios turísticos tocantinenses.

ÁREA: CULTURA, ESPORTE E LAZER

- Apoio a projetos culturais diversos: festivais de música, atividades de teatro nas escolas e praças.
- Integração entre as diversas formas de expressão cultural e o turismo no Tocantins.
- Implementação de cursos de dança, música, teatro com apoio financeiro junto aos municípios do Estado.
- Programa “ARTESANATO DO TOCANTINS”, para a promoção do das atividades de artesanato e cerâmica.

- Apoio aos clubes e entidades esportivas amadoras e profissionais do Estado (via editais públicos com regras definidas).
- Retorno da Secretaria de Estado do Esporte.
- Criação e implantação da Lei de Incentivos Fiscais para o esporte tocantinense.
- Elaboração de um programa para dotar todos os municípios do Tocantins de infraestrutura básica para prática esportiva.
- Construção de um centro administrativo para abrigar todas as federações esportivas.
- Instituição de programa de bolsa para atletas de ponta nas suas categorias.
- Implantar o Sistema Estadual de Cultura e integrar o Tocantins ao Sistema Nacional de Cultura.

Nas áreas de Cultura, Esporte e Lazer as propostas do Governo Marlon Reis visam apoiar e financiar, através de editais públicos, projetos culturais que tenha participação de artistas tocantinenses. Promover e incentivar a produção e comercialização de peças artesanais, com objetivo de melhorar a renda da população envolvida. A pratica esportiva será fomentada e financiada, através de editais públicos, através de clubes e entidades esportivas.

IMPORTANTE

O governo MARLON REIS, logo após sua vitória nas urnas, através de ampla construção cooperada e coletivas das esferas legislativa, judiciaria e civil, definira os programas/projetos que serão desenvolvidos, sempre observando os parâmetros estabelecidos

pela Lei de Responsabilidade Fiscal, as condições econômico-financeiras do Estado e, logicamente, a disponibilidade financeira e orçamentária.